



GRANDES 3
OPÇÕES DO 1
PLANO E 0
ORÇAMENTO 2



BARCELOS
MUNICÍPIO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2013 E AS AUTARQUIAS.....	4
3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2013	5
4. ACTIVIDADES SECTORIAIS.....	13
OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	29
1. ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	29
2. RESUMO DO ORÇAMENTO	39
3. ORÇAMENTO DA RECEITA	41
4. ORÇAMENTO DA DESPESA	47
5 .GRANDES OPÇÕES DO PLANO	63
6. PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	65
MAPAS ANEXOS	
1. ENCARGOS ANUAIS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	75
2. TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	77
3. MAPA DE PESSOAL	79



INTRODUÇÃO

1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2011, aquando da elaboração do orçamento para 2012, foi referido que “desde o ano de 2009 que se começou a assistir a uma preocupante degradação do sistema financeiro mundial, tendo provocado o total descrédito desse sistema, levando à falência muitas instituições de crédito desde os EUA até à Europa.”

No mesmo documento foi escrito, também: “se a crise que vivemos começou por esse abalo financeiro, rapidamente se transformou, também, numa crise económica com resultados devastadores no contexto mundial.”

Mas se o abalo observado de 2009 a 2011 foi muito preocupante, o que se passou de 2011 a 2012 em apenas um ano é mais preocupante?

De então para cá, e apenas decorrido cerca de um ano, alguns dos países do sul da Europa com défices excessivos com maior visibilidade da Grécia, Irlanda e Portugal a que se juntaram no decorrer de 2012 Espanha e Itália, não só não se vislumbrou quaisquer medidas tendentes a solucionar a crise, mas ante se observou um significativo e preocupante agravamento destes países e particularmente uma crescente instabilidade económica, política, financeira e social com maior incidência nos países da zona euro.

Nestas circunstâncias, e com o pedido de intervenção do FMI em Portugal, para sanear as finanças públicas, foram adoptadas políticas de reajustamento para a correcção de défice excessivo e foram de tal forma drásticas, que provocaram, em 2012, um quadro macroeconómico muito preocupante: um crescimento negativo do PIB em cerca de 3%; uma taxa de desemprego próximo dos 16%; um défice orçamental que sem medidas extraordinárias se situará em cerca de 6.5% do PIB contra os 4.5% inicialmente previstos e ainda um aumento da dívida pública para níveis incomportáveis, ou seja, muito acima daquilo que estava previsto.

Neste quadro, todos os analistas políticos e económicos e ainda as instituições nacionais e internacionais têm vindo a alertar para que medidas de austeridade excessivas como as que têm sido adoptadas pelo governo, provocarão inevitavelmente desequilíbrios orçamentais e efeitos recessivos ainda maiores.

O corte radical nos rendimentos do trabalho, através do aumento de impostos e da diminuição das tabelas salariais, bem como do aumento dos impostos sobre o consumo, e ainda a falta de financiamento das empresas junto da banca, e quando o conseguem pagam juros insuportáveis para a competitividade das empresas junto do mercado cada vez mais globalizado, são medidas que têm criado situações muito preocupantes e têm contribuído para o pedido de insolvência de muitas empresas e das famílias, jamais observados no país.

Neste quadro de incertezas quanto ao futuro, não obstante as medidas tomadas num contexto nacional, mundial e particularmente europeu, não se vislumbram soluções que possam, num curto prazo e, particularmente em 2013, produzir os efeitos económicos,



políticos e sociais desejáveis para colocar Portugal no caminho do desenvolvimento sustentável, ou seja, tornar a economia do país numa trajectória de crescimento.

Acresce ainda, que este cenário será agravado com as medidas restritivas na vizinha Espanha as quais terão repercussões negativas no concelho e no distrito devido à proximidade fronteiriça e com uma dinâmica comercial muito significativa entre este mercado de cariz regional.

2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2013 E AS AUTARQUIAS

Se a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012, era previsível e fortemente restritiva, a proposta para 2013 apresenta um conjunto de medidas ainda mais gravosas em todas as suas dimensões na tentativa de diminuir o défice orçamental e a consolidação das contas públicas.

Mas será que com esta proposta de Lei do OE para 2013 as famílias, as empresas e todas as instituições públicas e privadas poderão fazer com razoável grau de confiança as suas previsões orçamentais para 2013?

A resposta é naturalmente de grande dúvida e incerteza porquanto todos os indicadores macroeconómicos conhecidos através da execução de 2012 tiveram desvios preocupantes e, desse modo, poderão condicionar todo o cenário orçamental de 2013 com reais dificuldades na elaboração dos documentos previsionais de contas de todos os sectores de actividade, e em concreto o orçamento municipal e as opções do plano para 2013.

No tocante às receitas provenientes do OE para 2013, a Câmara Municipal terá uma dotação equivalente às transferências de 2012, com cerca de 23,2 milhões de euros bem longe dos cerca de 26,5 milhões transferidos em 2009.

Mas se as transferências de fundos municipais são equivalentes às de 2012, a câmara municipal terá uma penalização de cerca de 1 milhão de euros na despesa corrente pois o OE 2013 obriga os municípios a repor um subsídio aos seus funcionários dividido por 12 meses em 2013 o qual será descontado também por 12 meses através do aumento do IRS.

Esta medida altera as regras estabelecidas em de 2012 que previa o não pagamento dos subsídios ficando estes totalmente retidos para os municípios, e em 2013 um desses constituirá receita efectiva do governo.

Também o OE 2013 prevê que os municípios possam ter que comprar dívida pública de valor igual ao aumento da cobrança do IMI em 2013 e em relação a 2012, desde que os municípios não estejam em incumprimento no seu endividamento líquido ou de dívidas superiores a 90 dias para com os seus fornecedores ou ainda da necessidade de amortização de Passivos Financeiros.

Esta medida a ser levada por diante, provocará mais um retrocesso na economia local porquanto ao ser receita efectiva do município cobrada à custa do sacrifício dos



municípios, não pode ser reinvestida no concelho impedindo a dinamização da actividade económica.

Neste enquadramento a sua cobrança é excessiva e o fim a que se destina mais excessivo se torna.

Também todas as receitas cobradas pelo município poderão diminuir ainda mais devido às políticas adoptadas pelo governo porque reduzem drasticamente o poder de compra através da excessiva cobrança dos impostos quer sobre os rendimentos, quer sobre o consumo.

Por outro lado, o OE 2013 mantém as mesmas taxas do IVA de 23% na electricidade e na restauração com custos muito significativos para o município.

A iluminação pública tem um peso significativo no orçamento municipal e se nenhuma medida tivesse sido tomada em 2012 este aumento do IVA teria um aumento em cerca de 400 mil euros. Razão pela qual o executivo foi obrigado a desligar a luz pública a partir das 2 horas da manhã, bem como a diminuir o número das lâmpadas em zonas cujo seu número era excessivo. Esta medida continuará a ser implementada em 2013; o IVA de 23% na restauração também é penalizador para o município o qual provocou um aumento adicional de cerca de 250 mil euros.

Com este agravamento, o executivo municipal saberá continuar a interpretar as condições económicas, políticas e sociais que o país atravessa e adoptará responsabilmente as medidas que não comprometam o futuro do município e dos barcelenses.

Por isso que este executivo, mercê de um apertado e vigilante controlo das receitas e das despesas, tem conseguido fazer a consolidação das finanças municipais num clima de transparência, rigor e muito realismo. Esta consolidação não tem sido feita à custa das políticas sociais, nem da falta de investimento, nem no corte cego das transferências para as juntas de freguesia e demais instituições, bem pelo contrário.

Este é o caminho que garante a sustentabilidade da gestão municipal e a defesa dos barcelenses.

3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2013

A elaboração deste orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2013 é feito tendo em linha de conta os mais graves problemas do concelho, no contexto da crise que o país atravessa mas com um grande sentido de responsabilidade na distribuição dos recursos financeiros para acudir aos problemas crescentes que afectam o concelho, nomeadamente o desemprego, sendo por isso muito importante um olhar atento na área da acção social e das actividades económicas atendendo aos múltiplos problemas existentes sem esquecer a área da educação.

Nestes três anos de mandato, este executivo municipal de maioria PS, trabalhou sempre num cenário muito exigente baseados em critérios de economia, eficiência e eficácia conseguindo impor um rigor na consolidação das finanças municipais sem comprometer o



investimento; as transferências para as juntas de freguesia, acção social, educação e com implementação de novas políticas no turismo e da cultura, áreas cruciais no desenvolvimento do concelho.

Foi nesta perspectiva de definição bem clara na distribuição dos recursos financeiros que foi possível elaborar os orçamentos de forma realista através de rigorosas medidas de contenção e, desse modo, ser a receita a determinar a despesa e não o inverso como era prática, elaborar a despesa e depois adaptar a receita à despesa, subvertendo as regras da elaboração do orçamento que determinam a existência do equilíbrio entre estas duas variáveis: receita e despesa.

Aliás, os resultados das sucessivas execuções orçamentais dos anos de 2010, 2011 e 2012, bem como os resultados vertidos nos relatórios das prestações de contas comparativamente aos anos anteriores a 2010, demonstram exactamente o que sempre afirmamos quando estávamos na oposição: “controlo da despesa e um exigente rigor entre a receita e a despesa.”

Mas para que não restem quaisquer dúvidas, os dados abaixo descritos são reveladores do esforço que este executivo tem posto na gestão municipal, sem contudo, pôr em causa os mais graves problemas do concelho.

Passivos Financeiros:

Dados de referência: 31 de Julho de cada ano (em milhões de euros)

2008: Empréstimos 34.4; Fornecedores 11.2; Total = 45.6

2009: Empréstimos 32.4; Fornecedores 13.8; Total = 46.2

2010: Empréstimos 29.3; Fornecedores 10.5; Total = 39.8

2011: Empréstimos 26.3; Fornecedores 09.8; Total = 36.1

2012: Empréstimos 23.6; Fornecedores 08.4; Total = 32.0

Em face dos resultados observados, verificamos que o endividamento do município até 2009 tinha uma trajectória de crescimento nos passivos financeiros, constituindo uma das prioridades do actual executivo camarário não só travar aquele ritmo do aumento da dívida mas exigir muito mais: começar a inverter o ritmo de crescimento da dívida e transforma-la numa efectiva redução.

Nesse sentido, a redução da dívida observada de 2009 a 2012 em meses homólogos foi superior a 30%. Isto significa que se o executivo municipal não tivesse tomado as medidas adequadas para obter estes resultados, estaria hoje em incumprimento às regras impostas nas sucessivas leis dos OE dos últimos anos.





Por outro lado, a Câmara Municipal continua a ter capacidade de endividamento e de poder recorrer a empréstimos de médio e longo prazo determinado pela DGAL e pela DGO, razão pela qual, ainda recentemente a câmara municipal solicitou autorização à AM para a contracção de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 3 milhões de euros autorizado por aquelas instituições, pois o município reúne condições para continuar a recorrer à banca para se financiar se assim o entender.

Não obstante o pedido ter sido formulado, não significa que o empréstimo seja utilizado. Mas fica como garantia de eventuais restrições não previstas neste momento mas que possam vir a ser adoptadas ao longo de 2013.

Atendendo às dificuldades orçamentais, o governo disponibilizou um financiamento de cerca de 1.000.000.000 (mil milhões de euros) para as autarquias designado por PAEL e desde que estas tenham uma situação de incumprimento perante os critérios do seu endividamento líquido. Não é o caso de Barcelos. Mercê de uma gestão equilibrada e de rigor a Câmara não necessitou de subscrever tal programa e assim não ficar sujeita às restrições apertadas na sua gestão com todos os graves prejuízos para os munícipes.

Neste contexto, as orientações orçamentais mais importantes para 2013 do ponto de vista fiscal são as seguintes:

- a) Acompanhar sistematicamente a evolução da receita e da despesa para cumprimento das metas exigidas no endividamento municipal e demais orientações do OE 2013;
- b) Continuar a reduzir o serviço de dívida de médio e longo prazo, bem como a fornecedores;
- c) Cobrar uma taxa de 0,35 do IMI nos prédios avaliados, (muito longe da taxa de 0,5 prevista na Lei) e uma taxa de 0,7 para os prédios não avaliados;
- d) Apresentar uma proposta para cobrança da Derrama com preocupações de justiça e equidade fiscal para as empresas numa avaliação de discriminação positiva, ou seja, ISENTAR as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, e a cobrança de uma taxa reduzida de 1,2 para os rendimentos acima daquela valor. Não obstante ter sido um compromisso eleitoral a não cobrança da Derrama para todos os contribuintes em sede de IRC é, do nosso ponto de vista, uma situação de justiça para aqueles com maior rendimento;
- e) Continuar a praticar as mesmas taxas cobradas pelo município em 2012, quando a Lei prevê a sua actualização em cada ano de acordo com o IPC de Outubro. De salientar que as referidas taxas não são actualizadas desde 2010 tendo algumas delas sido reduzidas ou até isentadas;
- f) Continuar a considerar as juntas de freguesia como parceiros na gestão municipal, transferindo o equivalente a 200% do FFF por transferência de competências através de protocolo a renovar, bem como comparticipar financeiramente outros projectos em diferentes áreas de intervenção e que se entendam necessários.



Este orçamento evidencia uma inegável preocupação: não actualizar as taxas municipais na sua generalidade e até isentar algumas delas como forma de suavizar os custos das empresas e aliviar o rendimento das famílias. Estas medidas são aplicadas em sentido inverso com a política fiscal do governo com a previsão da subida dos impostos, sem precedentes!

3.1 INFRA-ESTRUTURAS

O executivo municipal tem tido uma grande preocupação no sentido de dotar a cidade e o concelho de infra-estruturas que correspondam às suas necessidades.

Não obstante os grandes constrangimentos orçamentais e a elevada redução na arrecadação da receita verificada nestes dois últimos anos, bem como a substancial redução de verbas provenientes do QREN, podemos verificar, que, mesmo assim, o investimento efectuado e em curso é significativo.

A Câmara Municipal continua a investir na rede viária do concelho quer por via da administração directa, quer por via das transferências para as juntas de freguesia: as transferências para as juntas de freguesia em obras e em transferências do protocolo de 200%, nestes 4 anos será superior a 25 milhões de euros.

Assim, prevemos efectuar os seguintes investimentos:

- a repavimentação da estrada camarária que liga Sequeade a S. Julião de Passos, mesmo sem candidatura ao QREN;
- Candidatar ao QREN a construção do nó de ST^a Eugénia;
- Acesso à central de camionagem;
- Ligação da Rotunda do Andorinhas à EN 305.

Note-se, que estes projectos não estavam concluídos, foi necessário este executivo mandar acabar de os elaborar, pois só assim e se abrirem os avisos de candidatura ao QREN é que o poderemos fazer.

Prevemos ainda a requalificação de muitos outros projectos constantes no PPI.

Serão concluídos em 2013 todos os projectos dos centros escolares em fase de execução:

- Centro Escolar do Fogaça;
- Centro Escolar de Arcozelo;
- Centro Escolar de Lijó;
- Centro Escolar/JI de Fragoso.



- Centro Escolar de Gilmonde.

Atente-se que estes investimentos não tinham projectos elaborados em 2009 e, resultado de um trabalho intenso foi possível arrecadar cerca de 13 milhões de euros de financiamento do QREN.

Outro projecto aprovado e em execução é a recuperação da Torre de Menagem que nem sequer projecto elaborado e aprovado existia desde há muitos anos com o sério risco de se ter perdido cerca de 600 mil euros de financiamento QREN.

3.2 NOVOS PROJECTOS

Estão já concluídos e candidatados ao QREN os seguintes projectos:

- - Ecovia do Cávado 1ª fase no valor de 520 mil euros;
- - Acesso pedonal ao IPCA no valor de 612 mil euros;
- - Valorização estratégica do Rio Cávado no valor de 412 mil euros;
- - Centro de interpretação ambiental, no valor de 215 mil euros.

Em fase final de estudo destacamos:

- - Projecto de recuperação da Av. Combatentes da Grande Guerra;
- - Projecto de recuperação da fonte cibernética;
- - Projecto de recuperação da Av. D. Nuno Álvares Pereira;

3.3 PROJECTOS A TERMINAR A EXECUÇÃO BREVEMENTE

Como é do conhecimento geral, o Teatro Gil Vicente sofreu várias vicissitudes nem sempre fáceis de solucionar. No entanto está para breve a adjudicação dos trabalhos em falta, após acordo com os Arquitectos responsáveis pelo projecto para corrigirem os erros e omissões observados.

Quanto ao Museu de Olaria estará concluído brevemente (última prorrogação do ON2 até Março 2013) após nova adjudicação da empreitada em virtude da insolvência do anterior construtor.



3.4 OUTROS

Em 2013 o município apresentará para discussão e aprovação um projecto de fusão para as duas Empresas Municipais de acordo com o compromisso assumido no programa eleitoral do PS em caso de ser poder. Foi sempre o objectivo deste executivo desde que tomou posse.

No entanto, deve salientar-se que a publicação da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, estabelece novos critérios para a criação de novas Empresas Municipais, mas cria novos obstáculos às existentes.

Nesse sentido o executivo continuará a trabalhar num modelo que sirva os interesses dos barcelenses, por um lado, mas que também defenda as legítimas expectativas de todos os funcionários que nelas trabalham, por outro. A solução a propor aos órgãos competentes desta autarquia será apresentada entre Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013.

Outros projectos serão tratados nas actividades descritas nas GOP, designadamente as propostas sugeridas pelas juntas de freguesia em resultado da solicitação feita pelo Sr. Presidente para o envio das necessidades mais prementes das suas freguesias.

Consequentemente, e analisadas as sugestões enviadas constatamos que são esmagadoramente relativas à beneficiação da rede viária; reconstrução de cemitérios; sedes de junta; capelas mortuárias e outras requalificações urbanísticas.

Atendendo às restrições orçamentais, este executivo teve a preocupação de dotar com mais meios financeiros as transferências de capital para estas rubricas, bem como reforçar a rubrica viação rural a executar directamente, de forma a responder às necessidades apontadas pelas JF.

3.5 ESTATUTO DE DIREITO DE OPOSIÇÃO

O PS apresentou no seu programa eleitoral a intenção de institucionalizar, durante este mandato a elaboração de orçamentos participativos. No entanto, convém salientar que um orçamento participativo deve contemplar TODOS os seus requisitos legais: ou seja ouvir as instituições chamadas para a elaboração dos documentos e tornar as propostas acordadas numa efectiva execução de compromisso e não fazer “tábua rasa” de todas as regras acordadas e cuja execução não passe de meras intenções.

Como é do conhecimento dos Partidos representados na AM, o executivo camarário tinha a pretensão de durante o ano de 2012 proceder à elaboração do orçamento participativo. Porém, e atendendo à instabilidade das receitas orçamentais, tais regras não seriam possíveis de aplicar e, nesse sentido não estiveram, nem estão, reunidas as condições para a sua implementação.

Não obstante, o executivo camarário tem vindo, ao longo deste seu terceiro ano de mandato, a ouvir TODOS os Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, no





sentido de acolher propostas que eventualmente possam ser incluídas nos documentos previsionais de contas.

Nesse sentido, este executivo acolhe e partilha de algumas propostas e preocupações pois no contexto actual há preocupações que são transversais.

SUGESTÕES DO PS

O PS revê-se totalmente neste documento apresentado pelo executivo de maioria PS e reflecte os objectivos do seu programa eleitoral. Reconhece o esforço meritório na implementação das políticas necessárias às reais necessidades do concelho e do seu município, não obstante as grandes dificuldades económicas, sociais e financeiras que o país atravessa. De notar a consolidação da dívida municipal sem prejudicar toda a actividade municipal nos seus diversos domínios.

SUGESTÕES DO PSD

O PSD não apresentou quaisquer propostas ou sugestões para a elaboração deste documento.

SUGESTÕES DO CDS/PP

O CDS/PP apresentou um conjunto de preocupações com ênfase na dimensão social atendendo à situação de crise que o país e o concelho vivem. São medidas que este orçamento prevê e constituem, também, preocupação do executivo.

Apresenta, também, propostas de maior intervenção da Agência Municipal de Investimento, designadamente, uma maior atenção na busca de maior investimento na criação de emprego e num maior empenho na actividade empresarial, com aplicação de taxas municipais mais baixas, maior apoio ao sector agrícola, hortas comunitárias; maior envolvimento do IPCA com o meio empresarial; melhores acessibilidades nos transportes; defesa do ambiente; maior dinamismo cultural e lazer; entre outras.

De referir que muitas das propostas estão incluídas neste documento por iniciativa do executivo. Muito recentemente, foi alargado o quadro de pessoal da Agência de Investimento na área da formação Agrícola: Tem havido, e vão prosseguir, as iniciativas no âmbito das actividades agrícolas através de projectos de investimento como o PRODER, FINÍCIA, EMPREENDEDORISMO, PRODUÇÃO LEITEIRA, FLORESTAS, entre outras. O executivo tem desenvolvido actividades e vai continuar a desenvolver como a feira do melão, do vinho verde, do artesanato e turismo; entre outros.





SUGESTÕES DO BE

O BE de esquerda apresentou um conjunto de propostas em diferentes áreas, nomeadamente: maior participação popular na gestão dos órgãos autárquicos. Orçamento participativo; reforço da acção social e combate à pobreza; maior intervenção na área da agricultura; maior divulgação do artesanato; defesa do ambiente; maior eficiência nas empresas municipais; limpeza e despoluição do rio Cávado; entre muitas outras propostas. De salientar que a esmagadora maioria das propostas já se encontram em execução por iniciativa do executivo e outras serão acolhidas e fazem parte das intenções do executivo em executá-las.

SUGESTÕES DA CDU

A CDU apresentou um conjunto de preocupações de natureza social, do desemprego, dos salários e da precariedade dos trabalhadores, do problema da PPP, da concessão da Rede Pública da Água e Saneamento, dos problemas sociais.

O executivo municipal está consciente destas problemáticas e tomou medidas inscritas neste documento e outras nos locais adequados que vão de encontro às preocupações da CDU.

SUGESTÕES DO PND

O PND não apresentou quaisquer propostas ou sugestões para a elaboração deste documento.

O valor orçamental inscrito nos mapas constantes neste documento previsional de gestão é de cerca de 68,5 milhões de euros (muito próximo do orçamento de 2012 cerca de 67,5 milhões) para uma despesa de igual grandeza.

Nesse sentido remete-se para os diferentes mapas desagregados por rubrica, bem como dos mapas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e das Grandes Opções do Plano (GOP).

De salientar que o sucesso ou insucesso na execução deste orçamento dependerá sempre das condições económicas, financeiras e sociais que se venham a observar no país.

No entanto estamos certos que este documento foi elaborado com muito realismo e rigor, sempre na defesa dos interesses dos barcelenses, do concelho e do país.





4. ACTIVIDADES SECTORIAIS

Não obstante as principais linhas orientadoras na elaboração deste documento, apresentamos de seguida e de forma sucinta, as actividades sectoriais a desenvolver em 2013.

4.1 CULTURA

O desenvolvimento cultural, e todo o trabalho, recursos e atenção que lhe vêm sendo dedicados, são já uma prova irrefutável e uma marca bem visível da importância que esta área estratégica representa para o actual executivo municipal.

Tem sido direccionada particular importância para a acção das instituições e das associações culturais locais, bem como, a acção de todos os demais agentes culturais: artistas, criativos e públicos, que impulsionam desenvolvimento cultural do Concelho, razão, pela qual, se tem garantido o apoio às Associações locais e ao desenvolvimento de projectos de parceria com as mesmas, através do Programa de Apoio ao Associativismo e do desenvolvimento de protocolos, em áreas específicas e estratégicas.

No âmbito do Quadrilátero Cultural, que o Município de Barcelos integra, será desenvolvida uma base de dados, apresentada sob a forma de um catálogo, de todos os agentes criativos do Concelho, no sentido de, também através da promoção das actividades criativas, contribuir para o desenvolvimento da economia local.

No que se refere à programação cultural mantém-se a aposta na descentralização das actividades culturais, promovendo itinerâncias de actividades e projectos culturais e a dinamização dos diversos espaços culturais disponíveis no concelho, sem, contudo, deixar de apostar na acção estratégica e central de serviços fundamentais como a Biblioteca Municipal, que contará com um novo programa de animação aos fins-de-semana, o Museu de Olaria que reabriremos brevemente ao público, a Galeria Municipal de Arte, o Gabinete de Arqueologia, o Arquivo Municipal e, ainda, o Teatro Gil Vicente que iniciará a sua actividade no decorrer do próximo ano.

A valorização e o tributo aos artistas locais, a documentação e a conservação do património arqueológico material e imaterial – de que é perfeito exemplo a criação do núcleo museológico e arqueológico GEN para a promoção de um estudo etnográfico aprofundado no Vale do Neiva –, a preservação da riqueza etnográfica e artesanal, são áreas de trabalho que merecerão uma atenção muito especial nas acções do Pelouro da Cultura para o próximo ano.

O mesmo sucederá em relação às tradicionais manifestações culturais, consubstanciadas nas festas, feiras e romarias, bem como, no que se refere ao aproveitamento de todo o potencial dos Caminhos de Santiago.

Desta forma, o Município de Barcelos, em 2013, manterá a sua atenção e a sua energia centrada na valorização da cultura como factor de desenvolvimento turístico, económico, social e cívico do Concelho.





4.2 EDUCAÇÃO

O Município de Barcelos, no domínio da educação, tem procurado incutir e promover na comunidade educativa e em todas as instituições que com ela interagem o grande desafio de encontrar novas formas de solidariedade e entajuda, soluções de complementaridade, que passam pela comunhão de objectivos, pela partilha de conhecimentos e experiências e pela compatibilização das acções individualmente consideradas.

Também o Município, na sua dação, actua como elemento de interface, na mediação e conjugação de meios, recursos e objectivos da comunidade educativa. A adesão à Rede das Cidades Educadoras, os protocolos e parcerias estabelecidas com os agrupamentos de escolas, com as juntas de freguesia e associações de pais são a face mais visível deste novo paradigma de actuação que se vem revelando consubstanciador de um ensino de qualidade e com elevados índices de sucesso.

Neste sentido, mantemos para o próximo ano a aposta no reordenamento e na requalificação da rede educativa, consubstanciada na reabilitação de espaços educativos existentes através de parcerias com as juntas de freguesia, e perspectivamos a abertura efectiva dos cinco centros escolares que se encontram em fase de conclusão.

A formação dos profissionais, colaboradores e das tarefas das escolas e dos jardins de infância, e a dinamização de programas direccionados para a saúde, qualidade alimentar, bem-estar e segurança dos educandos, é um eixo de acção a que daremos crescente importância e a que dedicaremos especial atenção.

O apetrechamento de bibliotecas escolares e a respectiva dinamização através de iniciativas de autores nacionais e internacionais, constitui mais um dos desígnios de elevação e de integração de Barcelos no contexto axiológico da rede das cidades educadoras.

A plataforma da educação, recentemente disponibilizada, e a entrega às escolas dos novos kits interactivos, compostos por computadores, quadros interactivos e projectores, juntamente com a formação técnica a disponibilizar aos professores, demonstram, de forma inequívoca a determinação em dotar os equipamentos educativos com ferramentas e equipamentos inovadores capazes de proporcionar condições pedagógicas de excelência.

Assim, perspectiva-se o próximo ano, como um ano de desafios audaciosos, mas convictamente concretizáveis através do trabalho que nos propomos realizar. Trabalho, esse, que tem de ser acompanhado por uma atenção muito especial e por uma preocupação social sem precedentes, no sentido de prestar o imprescindível apoio ao nível da acção social escolar às famílias, o que, efectivamente, vem sendo concretizado pelo Município através do programa de oferta dos manuais escolares, do financiamento dos transportes escolares, da garantia de material e refeições escolares às famílias mais carenciadas e que, de acordo com os resultados do levantamento que está a ser realizado com a ajuda da comunidade educativa, poderá vir a ser complementado através de um programa especial de oferta de pequenos almoços na escola e da oferta da fruta escolar (candidatura efectuada pelo Município).





4.3 JUVENTUDE

Com o objectivo de promover, apoiar, dinamizar e valorizar as iniciativas dos jovens do concelho, a Câmara Municipal de Barcelos, através da Casa da Juventude, vai continuar a criar e a promover diversos projectos de cariz educativo, social e cultural, de acordo com os gostos e apetências dos jovens, no sentido da sua participação, aproximação e valorização.

A Casa da Juventude assume-se como um centro de informação, formação e dinamização de diferentes projectos e actividades, dirige-se essencialmente à população jovem do concelho e, em particular, a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 35 anos.

No ano 2013 pretende-se dinamizar, apoiar e concretizar os seguintes projectos:

- Programa de Ocupação de Tempos Livres da Casa da Juventude
- Cartão Barcelos Jovem
- Projecto Agarra-te à Vida
- GES - Gabinete de Educação para a Saúde
- Sessões educativas
- 7.as Jornadas de Educação para a Saúde
- Programa de Luta Contra as Drogas
- Programa no âmbito do Dia Mundial do Não Fumador / Comportamentos de Risco
- Programa de Luta Contra a SIDA / Comportamentos de Risco
- DESFILE de educação para a saúde, "Diz não aos Comportamentos de Risco"
- Projecto Arte Jovem de Barcelos - 9.ª Mostra de Arte
- P.A. - Projecto Artístico
- Projecto Moda Barcelos
- 8.ª Mostra de Associativismo Juvenil e Festa da Juventude
- Programa de apoio ao associativismo jovem



4.4 DESPORTO

A política de desporto para 2013 está severamente condicionada pelos cortes orçamentais e principalmente pela recente lei dos compromissos. Apesar destas condicionantes o executivo ir apostar, principalmente, no apoio ao desporto de formação, continuando a dar condições físicas e logísticas para a prática do desporto ao maior numero de jovens. Iremos, ainda, tentar proporcionar a população em geral, através da disponibilização de condições para a pratica de exercício físico, uma vida saudável e mais ativa.

A EMDB (Empresa Municipal dos Desportos de Barcelos, EEM), continuará a ser um meio de organização de diversos eventos desportivos e apoio a diversas instituições desportivas do concelho. No entanto, a EMDB, em 2013 poderá sofrer alterações de estrutura uma vez que a legislação recente obriga a uma reestruturação das empresas municipais. Nesta situação o executivo tentará manter a dinâmica de apoio ao desporto ao mesmo nível dos anos anteriores, estando dependente dos limites estipulados pela Lei.

Pretendemos continuar a organizar diversas actividades, seguindo estratégia de realizar eventos, privilegiando os escalões etários da formação, trazendo competições regionais e nacionais e internacionais em que estejam envolvidos atletas e/ou equipas barcelenses, diversificando as modalidades e apoiando aquelas que não estão implantadas no concelho. Eventos que têm a vertente de dinâmica desportiva mas também de promoção e divulgação do concelho a nível regional, nacional e internacional.

Continuaremos a apoiar o desporto regular, mas através da realização de contratos-programa bem definidos, qualquer que seja o valor da comparticipação do município, com objectivos claros de evolução, onde deverão constar direitos e obrigações de cada clube ou atleta, e promoveremos a sua fiscalização e garantia de execução.

Continuaremos a apostar na Equipa de Natação de Competição de Barcelos e na escola de Jet Ski.

O Futebol amador, pela massificação da modalidade, continuará a ser o desporto que levará a maior fatia dos subsídios sob a forma de Contrato de Desenvolvimento Desportivo, de onde se destacam o Gil Vicente Futebol Clube, o Santa Maria Futebol Clube, a Associação de Futebol de Braga que agora tem um único contrato de desenvolvimento desportivo, deixando de ser com todos os clubes individualmente, permitindo assim uma melhor rentabilidade dos recursos investidos, bem como o Futebol Popular de Barcelos nos mesmos moldes.

O desporto para este executivo será sempre uma aposta clara na saúde e bem estar dos Barcelenses.

4.5 TURISMO E ARTESANATO

A actividade a desenvolver pelo Pelouro do Turismo continuará a centrar-se na sustentabilidade urbana, ambiental e paisagística, na divulgação e desenvolvimento dos produtos regionais, adequando-os à procura turística de cada destinatário; continuar-se-á a criar caminhos para a oferta de pacotes turísticos que se enquadrem em cada turista ou





grupo de turistas que nos procure. A estratégia 2020 tem, no sector do turismo, um importante alicerce para a sua implementação.

Num mundo cada vez mais globalizado, urge reunir esforços sem perder a identidade. Por isso, surge um novo desafio para o Município de Barcelos, que irá elevá-lo quer a nível regional, quer a nível nacional: a requalificação da Torre de Menagem e a implementação de um conjunto de meios fundamentais para a promoção turística da cidade e do concelho. Aqui apostar-se-á na promoção da marca/origem “Barcelos”, na promoção estratégica do Artesanato enquanto símbolo identitário do concelho e dos produtos oriundo deste território, marcadamente rural.

Com este plano de actividades cresceremos, também, internacionalmente, na medida em que promoveremos a participação de Barcelos em exposições itinerantes em Portugal e Espanha, bem como a participação em Feiras de Turismo.

Não perdemos de vista os princípios basilares da Lei de Bases do Turismo que se rege por três princípios: Princípio da sustentabilidade, princípio da transversalidade e princípio da competitividade. Deste modo, com este plano de actividades pretende-se afirmar um respeito pelos recursos naturais, pela identidade cultural, o envolvimento dos parceiros locais, o envolvimento da vertente social e cultural do concelho.

Destarte, explanamos as principais actividades a desenvolver pelo Pelouro do Turismo, sem esquecer que novas oportunidades surgirão em 2013 que não estão aqui explanadas, mas que irão ser acolhidas pelo Município:

- A aposta num posicionamento forte no contexto da região de turismo e/ou área promocional do Norte de Portugal;
- A aposta na aplicação de instrumentos de planeamento do território para o desenvolvimento do turismo, de forma a dar elegibilidade ao concelho no âmbito do QREN;
- Criar condições para a permanência em Barcelos de visitantes que se movem em caravanas ou auto caravanas.
- Continuar a aposta no poder da Marca/origem “Barcelos”, potenciando cada mais os ícones que sustentam a sua construção e gestão, como o Galo de Barcelos, o Artesanato, a Feira e a Gastronomia;
- A fixação de ciclos de animação gastronómica, etnográfica e ambiental capazes de atrair públicos e promover a atractividade da cidade e do concelho, no contexto do Norte de Portugal;
- A criação de novos ciclos de animação turística, especialmente na época baixa, no período de Novembro a Março;
- A aposta nos produtos turísticos definidos no PENT, com elegibilidade em Barcelos, nomeadamente, a gastronomia e vinhos (declaradamente o mais poderoso de todos



os produtos do Minho), que será potenciada pela candidatura de Barcelos a Cidade Europeia do Vinho, independentemente do resultado da mesma;

- Definição de projectos promocionais e de estrutura em parceria com os agentes locais e Regionais;
- Valorizar as Associações locais na promoção e dinamização de animação turística, incentivando à participação dos munícipes nas acções relacionadas com o turismo e com a animação;
- Afirmação da marca “Barcelos, Museu vivo do caminho a Santiago”; no contexto do Caminho Português a Santiago;
- Promover novos produtos turísticos e de animação ligados ao mundo rural e ao contexto ambiental concelhio, com reforço de aproveitamento dos cursos de água como o Cávado e o Neiva;
- Disponibilizar serviços de apoio ao comércio local para melhorar os serviços e a qualidade do turismo nas unidades hoteleiras, restaurantes e demais serviços conexos.
- Reforçar o apoio ao Turismo Organizado, através da criação de argumentos diferenciadores, nomeadamente ligados ao artesanato, criando capacidade de fixação.
- Apostar na Protecção da Propriedade Intelectual como factor de qualidade e diferenciação do artesanato local;
- Criar um selo de distinção da generalidade do artesanato, associando-o à marca Barcelos;
- Criação de Meses Temáticos para cada uma das tipologias de artesanato;
- Continuar a promover acções para a protecção dos Bordados de Crivo da Carreira;
- Deter especial atenção no Turismo Sénior, afirmando o concelho neste domínio e criar mais serviços para facilitar a fruição de pessoas com mobilidade reduzida, invisuais, etc, transformando a cidade num espaço de Turismo Acessível.
- O reforço da aposta na captação de publi reportagens e de campanhas de promoção em órgãos nacionais de informação;
- A aposta na dinamização, promoção e divulgação do artesanato de Barcelos, fazendo deste um argumento de visita estratégico ao Norte de Portugal e um ícone de identidade de grande valor comercial;
- A criação de novos ciclos de promoção e valorização do artesanato de Barcelos, nomeadamente com exposições itinerantes em Portugal e Espanha;





- Realização de acções de promoção em espaços de grande fruição turística, no sentido de potenciar um melhor conhecimento do produto turístico local.
- A criação de um site www.visitbarcelos.com, acção fundamental para a política comunicacional da cidade no domínio do turismo;
- Requalificação da Torre de Menagem para dinamizar o Turismo e o Artesanato;
- Elaboração de uma aplicação 3D de vários tipos de percursos, oferta turística e infra-estruturas, com consulta através da Internet. Esta aplicação permite ainda o descarregamento de toda a informação para posterior utilização num receptor GPS e navegação, a partir de um PDA, com possibilidade de ligação à Internet;

Assim, as acções a desenvolver devem incidir, primordialmente, nos períodos do ano de baixa frequência turística com o intuito de promover a redução da sazonalidade e, naturalmente, dinamizar turisticamente a cidade, nomeadamente:

1. Ciclo de Animação de Carnaval;
2. Programa anual de Pedestrianismo;
3. Semana Gastronómica de Barcelos /Ciclo de animação de Páscoa;
4. Programa Anual de Rotas Turísticas ao concelho;
5. Mês do Vinho;
6. Recreação do Mercado Medieval/realização do Mercado Tradicional da Euro-região;
7. Festival Internacional de Filmes de Turismo: Art & Tur
8. O Galo na Gastronomia;
9. Programa anual de Exposições e Acção de Valorização do Artesanato de Barcelos.

O concelho de Barcelos é, actualmente, ao nível do Norte de Portugal um dos territórios com mais artesãos, distribuídos por diversas produções artesanais como a olaria, o figurado, a cerâmica tradicional, os bordados de crivo, os bordados e tecelagem, os trabalhos em madeira, os trabalhos em ferro e latoaria e, ainda, outras artes como o trabalho em couro e artesanato contemporâneo. De destacar, ainda, pela sua especificidade, os trabalhos de tecelagem em penas. Em termos brutos temos mais de 150 artesãos em exercício, distribuídos pelas diversas produções artesanais concelhias, com preponderância natural para a olaria e figurado.

Considerando o valor económico, social e turístico do artesanato do concelho de Barcelos, é estruturante apostar num trabalho de base para assegurar a continuidade destas artes, não só no concelho, mas em toda a região, na medida que este é uma trave mestra da



identidade. Desta forma é necessário valorizar e potenciar o artesanato, enquanto património material e imaterial.

Assim, neste âmbito serão desenvolvidas as acções tendentes a:

- protecção dos Bordados de Crivo;
- aumento da Marca de Identidade “Artesanato de Barcelos”;
- projecto de Merchandising ;
- criação de núcleos interpretativos de cariz turístico nas oficinas mais antigas do concelho;
- definição do figurado e olaria de Barcelos, como actividade de Interesse Turístico nacional.

4.6 AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES

Neste domínio, já no decurso do ano 2010 foi possível, apesar da contenção orçamental assumida pelo actual executivo e afirmada em sede própria, implementar um conjunto de iniciativas tendentes a tornar efectiva uma politica de desenvolvimento com respeito pelas questões ambientais. O actual executivo assumiu, sem reservas, uma reorganização dos espaços verdes existentes por todo o concelho, quer através de acções executadas pela Câmara Municipal, quer através da estreita ligação com associações ambientais, quer com o parceiro estratégico escolhido – as Juntas de Freguesia –. No que se refere às tarefas levadas a cabo, directamente, pela Câmara Municipal temos como referência uma atenção específica na área urbana, fustigada, ainda em 2009, com a queda de árvores e ramos, decorrente de falta de decisão politica em anos anteriores no que se refere à atitude a tomar perante a identificação, por parte dos serviços, de falta de condições fitossanitárias de várias espécies, nomeadamente, no Parque da Cidade.

O Parque da Cidade, local que estava desorganizado e de costas voltadas para os munícipes, é, hoje, um local onde os munícipes se sentem bem, quer através de actividades de lazer, de desporto ou de recreação. Para que tal se verificasse foi necessário salvaguardar a inexistência, neste espaço, de árvores assinaladas pelos serviços técnicos como decrépitas e de infestantes.

No ano de 2012, a Câmara Municipal plantou várias árvores, disponibilizou às Juntas de Freguesia e a concelhos vizinhos. Esta mais-valia dos Hortos Municipais decorre da aposta clara feita pelo Pelouro do Ambiente nos seus serviços internos, capazes de despertar o interesse por parte de entidades publicas (várias foram as Câmaras que se deslocaram neste ano a Barcelos para ver “in loco” o modo de produção e métodos de trabalho desenvolvidos) e entidades privadas; os serviços de jardinagem do município são, hoje, um exemplo de boa gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.





As medidas adoptadas ao longo destes três anos constituem, hoje, um factor de desenvolvimento equilibrado do concelho de Barcelos.

No domínio dos espaços verdes, parques e jardins, daremos continuidade a uma política orientada para o equilíbrio entre a natureza, a segurança, a estética e a gestão eficiente de recursos. No espaço urbano criou-se uma nova imagem: uma imagem de cidade moderna e organizada. Nas freguesias desenvolveram-se projectos de requalificação paisagística de acordo com as legítimas pretensões dos eleitos locais e das populações que representam; com a delegação de competências não se deixou de prestar apoio a este nível, considerando-se que o espaço verde é de todos e todos devem contribuir para o seu melhoramento.

No domínio da agricultura, o conceito de horta urbana já está implementado há muitos anos na Europa e em Portugal são muitas as cidades que aderiram a este tipo de projectos. O objectivo é proporcionar à população, locais onde esta possa desenvolver alguma agricultura e desta forma ter acesso a bens de elevada qualidade ambiental a baixo custo. Esta iniciativa faz ainda mais sentido neste período de forte instabilidade laboral, com taxas de desemprego alarmantes e com o poder de compra das famílias a decrescer significativamente. No ano de 2012 foi elaborado e candidatado projecto para implementação do objectivo estabelecido, aguardando-se a definição por parte do actual governo quanto ao destino das verbas consagradas nos vários quadros de apoio estratégico.

No domínio energético, estabeleceram-se metas orientadas para a boa gestão de recursos.

No domínio da gestão de resíduos e limpeza urbana o actual executivo vem assumindo as suas responsabilidades e compromissos no que se refere ao encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados e ao crescente aumento dos meios ao dispor da população no domínio da recolha selectiva de resíduos.

No ano 2011 avançou-se para uma nova área – os resíduos produzidos nos cemitérios do concelho – com a implementação de um sistema de recolha de círios/velas. Este projecto piloto, que decorreu nas freguesias localizadas no perímetro urbano, foi alargado, em 2012, a todas as freguesias do concelho de Barcelos e é, hoje, um enorme sucesso na redução de quantidades de lixo depositadas nos contentores de resíduos indiferenciados.

As medidas de promoção e sensibilização ambiental foram implementadas e serão reforçadas no ano de 2013.

No domínio da água e saneamento, o actual executivo continuará firme no seu propósito de alterar o modelo de gestão da água e saneamento, em prol da defesa dos legítimos interesses dos munícipes do nosso concelho. Este vector constitui um objectivo que visa afirmar uma política de solidariedade social e de igualdade de oportunidades no usufruto de um bem essencial para a sobrevivência humana e do serviço essencial de recolha de águas residuais, que resultará numa diminuição drástica do preço dos ramais e redução significativa do preço da água.



4.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O pelouro da Acção Social propõe-se manter um olhar atento sobre as questões sociais, pelo que serão assegurados os apoios às famílias mais carenciadas e às instituições sociais.

Neste âmbito serão desenvolvidas diversas actividades, enquadradas nos regulamentos municipais aprovados, e promovidas acções que visem precaver situações de elevada vulnerabilidade em termos sociais.

Nestes termos serão asseguradas as seguintes actividades:

- Programa de Apoio à Habitação Social;
- Programa de Apoio à Comparticipação do Pagamento da Renda de Casa;
- Programa de Bolsas de Estudo do Ensino Superior;
- Apoio no Transporte de Pessoas com Deficiência para os CAO – Centro de Actividades Ocupacionais;
- Projecto Piloto Mediadores Municipais;
- Projecto BLV – Banco Local de Voluntariado;
- Projecto da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis;
- Barcelos Sénior – Associação Educacional, Cultural, Recreativa e formação Permanente;
- Cooperação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ;

Perspectivamos a implementação dos seguintes projectos:

Perante os desafios que se nos colocam resultantes da actual conjuntura, prevemos a celebração de novos protocolos/parcerias com outras instituições e tecido empresarial locais, a fim de implementar reais políticas de combate à pobreza e exclusão social, fomentando o trabalho em parceria, potenciando e optimizando a capacidade de resposta a um número cada vez maior de solicitações por parte dos cidadãos.

- **Projecto Farmácias em Rede** - responder às carências e dificuldades económicas evidenciadas pelos munícipes do concelho de Barcelos, no acesso à medicação;

- **Projecto Galo de Capoeira** - com o objectivo de promover a inclusão social e territorial, sustentada na economia local, fizemos a elaboração do projecto Galo de Capoeira em parceria com Centro Zulmira Pereira Simões, o IPCA e outras entidades públicas e privadas locais. A inovação e o empreendedorismo social deste projecto é evidenciado pelo efeito desmultiplicador, assente numa cadeia de valor transversal, transcultural,



transgeracional e com potencial transnacional, gerando um ciclo de produção de/com qualidade traduzida na capacidade de colocar no mercado produtos ancorados numa marca social - Solidariedade Natural[®], que permita a todos os elementos da cadeia de valor capitalizarem esta iniciativa numa vertente de Responsabilidade Social. Com a finalidade da produção de produtos artesanais (produção de produtos agrícolas, produção de raças autóctone - galináceos, tapetes de penas, cestaria, gastronomia, entre outros); a revitalização da feira semanal com a venda dos produtos produzidos no âmbito deste projecto; a recuperação e documentação das memórias vivas, das artes e dos ofícios de um povo; a animação do território com oferta turística e cultural; bem como a valorização do mercado, da terra e da ruralidade do concelho, acreditamos na mais valia deste projecto para o nosso município;

- **Fórum Social 2013 (2ª edição)** - Espaço de debate e de partilha para apresentação e discussão de projectos e reflexão conjunta para valorizar o empenho, a competência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano de 2012, pelos vários parceiros que integram as CSIF's e os Grupos Temáticos, da Rede Social de Barcelos ao mesmo tempo que, se procura reflectir e debater as orientações estratégicas traçadas para o futuro do nosso concelho.

- **Projecto Piloto GAFF** - A criação de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAFF), de forma a dar resposta a uma das acções do Plano de Desenvolvimento Social e da Saúde 2015.

4.8 TRÂNSITO E TRANSPORTES

Tendo presente que o Município elege o espaço público como um espaço de encontro e de democratização, onde todos, sem excepção, têm o direito de aceder, considera-se de maior importância o investimento em acções que tendam a melhorar os níveis de fruição do espaço público.

A mobilidade para todos tem merecido atenção especial, como bem atesta o reconhecimento do trabalho desenvolvido na área da acessibilidade para pessoas com mobilidade, pelo qual o Município foi galardoado com a Bandeira de Ouro da Mobilidade no ano de 2010, prémio atribuído pela APPLA – Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

As medidas tomadas no âmbito da Sinalização pretendem que cada vez mais sejam garantidos bons níveis de segurança aos peões e aos automobilistas.

Em complemento às acções levadas a cabo no ano 2012, pretende dar-se continuidade à cobertura da rede viária municipal com sinalização vertical, à marcação horizontal de novos arruamentos e à implementação de medidas de acalmia de tráfego, complementadas com correcções geométricas.

Por outro lado, prosseguirá o trabalho de sensibilização, através de campanhas direccionadas aos públicos das escolas e junto dos Automobilistas.





De acordo com os pressupostos da sustentabilidade aplicados à definição de políticas de desenvolvimento dos municípios e dos actuais sistemas de transporte, a Câmara Municipal de Barcelos apresenta como vector fundamental de orientação de políticas de transporte o privilégio da utilização do transporte colectivo em detrimento do modo individual motorizado. Uma mensagem clara de que o aumento do espaço urbano ocupado pelos automóveis não é a resposta ao desafio que os transportes colocam.

Assim, torna-se imperioso o estudo de uma solução de transporte colectivo de passageiros que sirva e se adapte convenientemente às necessidades da população mais urbana do município e que se vê praticamente obrigada a deslocar por meios próprios, constatando-se que o veículo automóvel é o mais utilizado, face aos restantes modos de transporte mais sustentáveis.

No âmbito do “Quadrilátero - AMFE” já está a ser elaborado um estudo integrado de mobilidade para os quatro municípios, cuja entrega está prevista para meados de 2012, que prevê o caso específico de Barcelos.

Barcelos é uma cidade de média dimensão na escala nacional, foram desenvolvidos objectivos de intervenção para os quais se definiu uma série de acções prioritárias, como sejam, a organização do sistema de estacionamento da cidade, soluções de estacionamento periférico que poderão introduzir e favorecer políticas de Park&Ride, e o sistema de transportes colectivos de passageiros na zona urbana.

Por último, importa salientar que o possível sucesso das diferentes propostas apresentadas passará pela sua integração simultânea, uma vez que estas acabam por funcionar numa lógica da criação de fenómenos de compensação e alternativa, tendo como principal consequência uma melhoria dos padrões de mobilidade nesta área, verificando-se um inevitável enquadramento com um sistema de transportes mais equitativo e sustentável.

A Câmara pretende promover uma nova abordagem relativamente às viagens “casa-trabalho-casa”. As viagens pendulares contribuem significativamente para o congestionamento do tráfego durante as horas de ponta e a experiência demonstra que uma redução efectiva dos quilómetros percorridos de carros durante essas viagens, através de medidas que privilegiem novos padrões de mobilidade tais como a utilização dos transportes públicos ou dos modos suaves (andar a pé ou bicicleta), ou ainda a partilha dos automóveis (car sharing e car pooling), não implicam necessariamente grandes investimentos.

4.9 PROTECÇÃO CIVIL

A Protecção Civil enfrenta diversas situações de emergência, realizando, para o efeito, as operações de segurança necessárias por todo o concelho de modo a salvaguardar a segurança das pessoas e bens.

Apesar dos constrangimentos financeiros, continuaremos a apoiar a Protecção Civil de forma a garantir a segurança e apoio à população.





Com a finalidade de prevenir ou atenuar os riscos inerentes a todas essas situações será dada especial atenção à adaptação e implementação das seguintes medidas:

- Acções de sensibilização nas áreas da protecção civil e da defesa da floresta junto das populações alvo, nomeadamente as escolas e Juntas de Freguesia com o objectivo de formar e informar dos riscos das diversas situações previstas no Plano Municipal de Emergência.
- Implementação dos Planos de Emergência e de Segurança Interna nos estabelecimentos de ensino por todo o concelho;
- Implementação dos Planos de Emergência e de Segurança Interna nos vários complexos desportivos do Município;
- Actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Operacional Municipal;
- Implementação de programas de intervenção na área florestal com o objectivo de ajudar no combate aos incêndios, nomeadamente a beneficiação da rede de caminhos florestais e pontos de água considerados prioritários pela Comissão da Defesa da Floresta contra incêndios;
- Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros através de protocolo para a manutenção das Equipas de Intervenção Permanente;
- Apoio à Associação Florestal do Cavado através de protocolo para manutenção da equipa de sapadores florestais;
- Programa de vigilância durante o período crítico no Monte do Facho com o objectivo de detecção de ignições na área florestal envolvente.

4.10 – GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As tecnologias digitais são a base do funcionamento duma sociedade evoluída na qual, naturalmente, queremos continuar a crescer. A reformulação do projecto Cávado Digital e a dinâmica do Pelouro de Modernização Administrativa deram origem a um conjunto de iniciativas que estão a contribuir para uma ligação mais facilitada com os cidadãos, as instituições e as empresas que nos rodeiam.

A Plataforma de Ensino Assistido (PEA) é apenas um exemplo do bom aproveitamento do potencial das tecnologias. Testemunhos de pais e associações de encarregados de educação mostram que ao exigirmos interacções totalmente electrónicas, com SMS e pagamentos multibanco, com os encarregados de educação na gestão da alimentação escolar tivemos e facultamos ganhos enormes em facilidade de uso, informação disponível e rigor administrativo.



A acrescentar a esta plataforma, iremos disponibilizar às escolas quadros interactivos, novas redes informáticas e equipamento de vídeo-vigilância, devidamente apoiados por uma equipa de técnicos da Câmara que incentivarão o seu uso e garantirão a operacionalidade de todos os serviços e equipamentos.

Por outro lado, logo no início do ano de 2013 várias outras plataformas estarão prontas a cumprir a sua missão de suporte às actividades do concelho nos seus múltiplos segmentos. Teremos a Agenda Barcelos, a Biblioteca Digital, o E-Urbanismo enriquecido e vários outros enumerados neste capítulo.

Este cenário foi identificado num documento que o Pelouro elaborou ao abrigo do projecto DLA (Digital Local Agenda) a convite da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), por sermos o concelho de estudo daquela instituição num projecto que envolve vários países da União Europeia. Estão também estas metas em consonância com o Plano Estratégico Barcelos 2020.

Assim, em 2013 assistiremos ao:

- a) Concluir a implementação do PEA, alargando a todo o concelho e juntando-lhe a gestão das bibliotecas escolares e transportes escolares;
- b) Alargar para 75% os atendimentos através da web para a consulta de processos de urbanismo e atingir 50% na entrega de peças desenhadas e escritas através da plataforma que será disponibilizada no primeiro trimestre do ano;
- c) Atingir 50% de atendimentos através do canal e-freguesias (relacionamentos com as juntas de freguesia) e 25% na submissão de documentos usando assinaturas digitais usando a mesma plataforma;
- d) Lançar a Agenda Digital e envolver nela (com a autonomia) 50% das entidades que em Barcelos promovam eventos (culturais, desportivos e outros) de interesse público;
- e) Relançar o projecto Acção Social Digital assegurando que todo o apoio social é gerido de forma partilhada nesta plataforma e convertê-la num observatório social;
- f) Criar um espaço visitbarcelos.com com conteúdos vocacionados para o turista que nos visita, com textos em português e nas seguintes línguas estrangeiras: inglês, francês, alemão, espanhol, árabe, russo e chinês.
- g) Criar conteúdos de ajuda apelativos para os canais web que a Câmara disponibiliza;
- h) Melhorar a imagem web do projecto maisbarcelos.pt e rever a tecnologia em que está assente;
- i) Criar melhores mecanismos de formação para utilizadores de plataformas internas;



- j) Concluir o processo de levantamento e documentação de procedimentos municipais e com esta documentação criar uma base de conhecimento acessível interna e externamente.
- k) Duplicar as áreas públicas com acesso livre e público à internet;
- l) Implementar as políticas da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) no que concerne a municípios e fazer desta integração uma mais valia;
- m) Concluir a Carta Desportiva com suporte 100% digital, através da identificação e caracterização detalhada dos espaços e agentes desportivos do concelho ;
- n) Lançar o projecto “Biblioteca Digital”, através do qual os serviços da Biblioteca estarão on-line;
- o) Lançar o projecto de partilha de bens em segunda mão “Dar é Valorizar” com a adesão inicial de 15% da população e a totalidade das IPSS’s;
- p) Colocar em pontos estratégicos do concelho dispositivos tácteis e outros menos sofisticados para dinamização do projecto “Barcelos nos seus Dedos” e exibição de conteúdos de interesse público;
- q) Implementar uma solução digital para comunicação por voz (VOIP), com integração funcional com o GIMB (Gestão Integrada do Município de Barcelos), envolvendo outros parceiros como as juntas de freguesia, escolas, empresas municipais e outras entidades onde o uso a este recurso seja frequente;
- r) Criar funcionalidades no GIMB de suporte a actividades de atendimento unificado (balcão único), orientadas para uma política de qualidade que se pretende implementar;
- s) Concluir o processo de interligação de edifícios com serviços municipais por fibra óptica e melhoramento a rede interna de dados nos espaços com redes não certificadas;
- t) Integrar e interagir com as plataforma de actividades públicas;
- u) Integrar e interagir com plataformas de gestão do sub-solo, na qual o município tem responsabilidades repartidas com várias outras entidades;
- v) Disponibilizar para o Executivo Municipal uma plataforma (dashboard) de mostragem de indicadores de gestão em matérias muito variáveis como o estado da receita e da despesa, evolução de estados de processos, de empreitadas, etc;



4.11 – RECURSOS HUMANOS, SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho o Município continuará a desenvolver as seguintes actividades:

Medicina no Trabalho

1. Articulação a nível de Exames de Medicina no Trabalho com a empresa de serviço externo;
2. Informação das Fichas de Aptidão Médica dos trabalhadores Município de Barcelos;
3. Planeamento de visitas e acções de formação nos locais de trabalho no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho.

Segurança e Saúde no Trabalho

1. Elaboração de relatórios no levantamento de necessidades no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho;
2. Elaboração de documento na Identificação de Perigos e Avaliação e Controlo de Riscos;
3. Gestão de Emergência;
4. Gestão de Incidentes/Acidentes de Trabalho;
5. Índices de Sinistralidade;
6. Controlo Operacional (máquinas e produtos químicos);
7. Conformidade Legal (Segurança e Saúde no Trabalho);
8. Validação, selecção e controlo de Equipamentos de Protecção Individual para trabalhadores do Município de Barcelos;
9. Informação e controlo dos extintores do Município de Barcelos;
10. Elaboração de Plano de Desinfestação/Desratização dos edifícios/postos de trabalho Município de Barcelos;
11. Controlo de farmácias de 1.º socorros nos postos de trabalho;
12. Implementação do sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho.

Acção Social Qualidade de Vida e Saúde Pública

13. Visitas de quinze em quinze dias e elaboração de relatório mensal dos Sanitários Públicos da Cidade de Barcelos;
14. Elaboração do Perfil de Saúde Municipal.



OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

1. ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

A elaboração do orçamento municipal em cada ano exige um diagnóstico minucioso à actividade desenvolvida no ano que o antecede;

Exige, também, um exercício de reflexão sobre os objectivos atingidos e responsabilidades que transitam para anos futuros;

Em face deste trabalho exaustivo perspectiva-se o exercício seguinte, situação que é cada vez mais difícil face ao elevado grau de incerteza dos mercados, e da economia em geral e da instabilidade gerada nos diversos agentes económicos que afecta transversalmente toda a população.

Todavia, definidas as regras de actuação neste contexto adverso, o orçamento elaborado para 2013, no valor de 68,7 milhões de euros apresenta um nível de receitas e despesas mais ou menos equivalente ao do ano anterior.

O quadro que se apresenta resume a estrutura do orçamento nas suas componentes essenciais: receita e despesa corrente e de capital.

QUADRO 1

(em euros)

	Receita	%	Despesa	%
Correntes	48.499.831	70,6	36.597.749	53,3
Capital	20.158.199	29,4	32.060.281	46,7
Total	68.658.030	100,0	68.658.030	100,0

Decorre da observação do quadro 1, e à semelhança do que vem sendo habitual, as receitas e despesas correntes têm um peso relativo na estrutura superior à componente de capital, o que decorre dos objectivos públicos que a autarquia prossegue e da tipologia de serviços que presta à população.

Salienta-se que o orçamento respeita todas as regras e princípios contabilísticos estabelecidos do POCAL, designadamente o do equilíbrio de onde resulta o valor da poupança corrente na ordem dos 11,9 milhões de euros, que permitirá financiar despesa de capital. Este valor de poupança corrente deduzido da importância relativa à amortização de empréstimos financiará investimento na ordem dos 9,3 milhões de euros.



O orçamento de despesa pode ainda ser estruturado do seguinte modo:

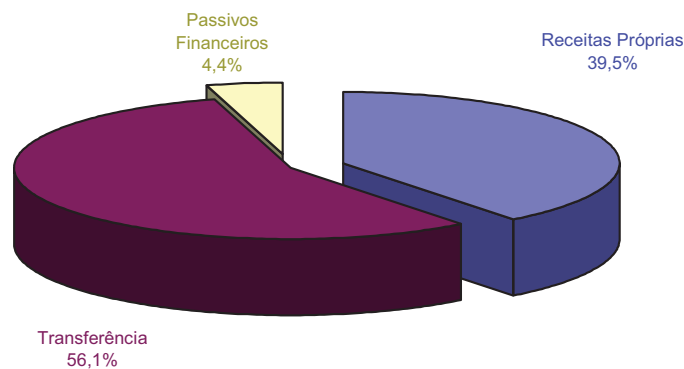
Despesas Correntes	36.597.749 €
Investimento e Transferências de Capital	29.423.281 €
Amortização de passivos financeiros e Outras	2.637.000 €

QUADRO II

RECEITAS TOTAIS

(em euros)

Receitas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Receitas Próprias	24.381.345	50,3	2.764.000	13,7	27.145.345	39,5
Transferência	24.118.486	49,7	14.394.199	71,4	38.512.685	56,1
Passivos Financeiros			3.000.000	14,9	3.000.000	4,4
Total	48.499.831	100,0	20.158.199	100,0	68.658.030	100,0



Da análise constata-se que 50% das receitas correntes são constituídas por receitas próprias do Município e que, contrariamente, as receitas de capital são fortemente garantidas por transferências externas, nas quais se inscreve os financiamentos do QREN.

Em resultado de as receitas próprias correntes e de capital serem reduzidas, o orçamento municipal torna-se muito dependente das comparticipações externas, na ordem de 56,1%, para a concretização das suas competências.

No que respeita ao nível de dependência das transferências importa referir que o Município não tem aumentado as taxas previstas nos regulamentos nem os preços das prestações de serviços, suportando integralmente os custos decorrentes do aumento do IVA, bem como não cobra as taxas máximas permitidas de IMI e Derrama.



Contudo, o executivo reconhece que a situação económica não é de todo propícia para inverter a tendência de dependência externa, antes procura diligenciar no aproveitamento máximo de financiamentos para investir no concelho.

De referir também que as receitas próprias de capital derivam da venda de bens de imobilizado e, portanto, constituem um recurso extraordinário.

Para o exercício de 2013 o orçamento prevê também a possibilidade de financiamento bancário, no valor de 3 milhões de euros, para investimento participado pelo QREN, o que constituirá um recurso em situação que se revele necessário.

QUADRO III

RECEITAS PRÓPRIAS CORRENTES

(em euros)

	Valor	%
Impostos Directos	14.512.100	59,5
Impostos Indirectos e Taxas	2.548.000	10,5
Rendimentos de Propriedade	3.867.145	15,9
Venda de Bens e Serviços	3.354.100	13,7
Outros	100.000	0,4
Total	24.381.345	100,0

De entre as receitas próprias, a proveniente da cobrança de impostos directos, designadamente do IMI, IMT e IUC é a mais relevante, representa 59,5% das receitas próprias correntes e 21% do orçamento global.

As receitas próprias correntes revelam uma tendência ligeira de crescimento em razão da reavaliação geral dos prédios, da qual resultará um aumento da cobrança da receita do IMI.

Salienta-se, todavia, que o Orçamento de Estado determina sobre a aplicação do valor resultante do aumento da cobrança desta receita não deixando assim ao Município a capacidade de decisão sobre a sua aplicação nas efectivas necessidades.

O valor previsto realizar em rendimentos de propriedade são inferiores aos do orçamento anterior, essencialmente pela diminuição da rubrica destinada à venda de jazigos no cemitério. No entanto, este capítulo assegura quase 16% das receitas próprias correntes.

A venda de bens e serviços, que integra a receita decorrente da prestação de serviços de recolha de resíduos, com um peso de praticamente 14% mantém-se mais ou menos estável; em sentido descendente apresenta-se a receita relativa às taxas da actividade de



licenciamento que compreensivelmente sofrem o impacto do actual contexto económico em que as iniciativas dos particulares, das empresas e outras entidades são muito reduzidas.

QUADRO IV
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	15.338.602	63,5
Fundo Social Municipal	2.087.980	8,7
Participação variável no IRS	1.901.354	7,9
DREN e outras entidades	3.875.000	16,1
QREN	915.550	3,8
Total	24.118.486	100,0

De acordo com os dados disponíveis as transferências do Orçamento de Estado a título de FEF e FSM e Participação no IRS mantêm os valores do ano transacto, alterando-se apenas a percentagem de distribuição entre corrente e capital.

Relativamente às previsões da receita a receber da DREN para pagamento das actividades extra curriculares, apoio a famílias e comparticipação nas refeições verifica-se uma ligeira diminuição na medida em que das persistentes reclamações de pagamentos em atraso e da recentemente publicação do diploma que disciplina os períodos de pagamento, tem-se verificado alguma recuperação dos atrasos existentes.

Quanto a financiamento QREN, na sua vertente corrente, respeita à concretização de projectos aprovados que transitam para 2013 para conclusão e recebimento.

QUADRO V
RECEITAS PRÓPRIAS CAPITAL

(em euros)

	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	2.762.000	99,9
Outros	2.000	0,1
Total	2.764.000	100,0

A rubrica de venda de bens de investimento é inscrita com um valor significativamente inferior ao do ano transacto na medida em que desencadeados os procedimentos tendentes à venda do imobilizado e implementada uma publicitação mais adequada foi concretizada uma parte significativa da venda das moradias da Malhadoura e, estando ainda a decorrer negociações para a total concretização deste objectivo.



QUADRO VI

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.834.651	26,6
QREN	10.558.548	73,4
Outros	1.000	0,0
Total	14.394.199	100,0

O financiamento a obter do QREN é inferior relativamente ao ano transacto na medida em que os investimentos com financiamentos aprovados, designadamente dos Centros Escolares estão a decorrer e com boa execução.

Estas receitas, no valor de 10,5 milhões de euros, representam 73,4% das transferências de capital, valor que, conjuntamente com a poupança corrente, constituem a maior fonte de financiamento do investimento.

De mencionar que os projectos financiados respeitam essencialmente às áreas de educação, cultura e eficiência energética, entre outras.

Em razão de vicissitudes várias que atrasaram a concretização de alguns projectos financiados, foram promovidas diligências no sentido de dilatar os prazos de financiamento, adequando-os à concretização dos projectos, os quais foram aprovados.

Todavia, referir que se verificam atrasos significativos no tratamento dos pedidos de pagamento pelos serviços da Administração Central, de onde decorre também a transição para 2013 de um valor significativo, principalmente ao nível dos Centros Escolares.

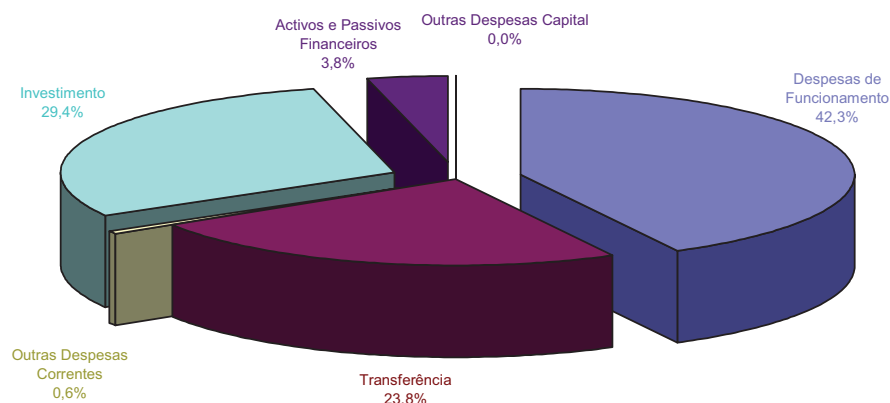


QUADRO VII

DESPESAS TOTAIS

(em euros)

Despesas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Despesas de Funcionamento	29.062.550	79,4			29.062.550	42,3
Transferência	7.125.199	19,5	9.216.863	28,7	16.342.062	23,8
Outras Despesas Correntes	410.000	1,1		0,0	410.000	0,6
Investimento			20.205.918	63,0	20.205.918	29,4
Activos e Passivos Financeiros			2.635.500	8,2	2.635.500	3,8
Outras Despesas Capital			2.000	0,0	2.000	0,0
Total	36.597.749	100,0	32.060.281	100,0	68.658.030	100,0



O valor das despesas de funcionamento, tanto em termos absoluto como relativo, apresentam valores semelhantes aos verificados em anos anteriores.

Inscrever valores idênticos, na circunstância em que o combustível tem um preço de venda extremamente elevado e a taxa do IVA que incide sobre a electricidade (iluminação pública, instalações dos serviços e parque escolar) teve um aumento severo, é demonstrativo de uma politica de rigor, de eficiência na gestão e elevada ponderação nas decisões.

Neste capitulo o orçamento para 2013 não apresenta alterações relevantes sublinhando-se o esforço em manter os níveis de actividade e de satisfação de necessidades sociais perante a adversidade económica, das politicas restritivas do Orçamento de Estado e ainda a redução imposta de 5% na receita do IMI.

De mencionar que o valor das transferências para as Juntas de Freguesia, para as instituições de utilidade pública, cultural, social e humanitária, para as entidades



desportivas e recreativas e para o apoio social às famílias é de 16,3 milhões de euros, ou seja 23,8% do Orçamento.

Na amortização de empréstimos são aplicados 2,6 milhões de euros, ou seja 3,8% do orçamento, sendo que o serviço da dívida (amortização e juros) absorve 4,2%. Nesta rubrica é de referir que, em virtude da taxa de juro euribor nos ser favorável, o juro (264 mil de euros) a suportar é praticamente metade do verificado em 2012, tendo no entanto aumentado a amortização.

Este orçamento integra um documento que discrimina todas as operações financeiras contratadas bem como os encargos decorrentes do serviço de dívida.

De referir que cumpridas todas as obrigações contratuais como vem sendo pratica, no final de 2013 a dívida bancária será de sensivelmente 20 milhões de euros.

Neste enquadramento, deve também ser salientada a consolidação orçamental e financeira conseguida no contexto de crise generalizada em que a dívida a fornecedores reduziu muito significativamente, mais de 60%, desde 2009 e os pagamentos são processados de acordo com os prazos acordados.

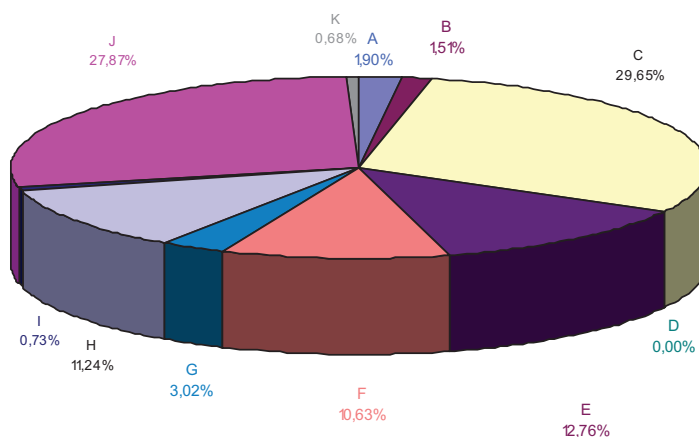


ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano destaca-se o investimento nas diversas funções ou áreas de competência do Município, bem como as transferências para entidades que desenvolvem actividades relevantes no concelho, pelo que sendo entidades parceiras no interesse das populações, merecem o apoio do Município.

Investimento e Transferências de Capital (29.423.281 €)

A	Serviços Gerais da Administração Pública
B	Segurança e Ordem Pública
C	Educação
D	Saúde
E	Habituação e Serviços Colectivos
F	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
G	Indústria e Energia
H	Transportes e Comunicações
I	Agricultura
J	Transferências entre Administrações
K	Diversas não Especificadas



Em consequência do referido, o valor mais significativo de transferências de capital conferido às Juntas de Freguesia é de 8,1 milhões de euros, que acrescido do valor relativo a transferências correntes perfaz o valor de 9,1 milhões de euros.



O investimento na educação concretizado na construção de Centros Escolares é a área mais relevante, com praticamente 30% do investimento total, seguindo-se os investimentos em serviços colectivos como é o urbanismo, ordenamento território e requalificação urbana

RESUMO DO INVESTIMENTO INSCRITO NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
(em euros)

<i>Objectivos/Programa</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Funções Gerais	1.005.600	3,42%
Serviços Gerais da Administração Pública	560.050	
Segurança e Ordem Públicas	445.550	
Funções Sociais	15.606.363	53,04%
Educação	8.724.000	
Saúde	50	
Habituação e Serviços Colectivos	3.753.550	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.128.763	
Funções Económicas	4.411.868	14,99%
Industria e Energia	890.000	
Transportes e Comunicações	3.306.868	
Agricultura	215.000	
Outras Funções	8.399.450	28,55%
Transferências entre Administrações	8.198.800	
Diversas não Especificadas	200.650	
TOTAIS	29.423.281	100,00%

São vários os projectos nas diferentes áreas para além dos Centros Escolares já referidos, destacam-se:

- a recuperação da Torre de Menagem;
- a recuperação e valorização do Museu de Olaria;
- a conclusão do Teatro Gil Vicente;
- a passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira do Patarro (acesso pedonal ao IPCA);
- a Ecovia do Cávado;
- a valorização do Rio Cávado;
- o Centro de Interpretação Ambiental.



Resumo do Orçamento



Município de Barcelos

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2013

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	48.499.831	Correntes	36.597.749
Capital	20.158.199	Capital	32.060.281
Total:	68.658.030	Total:	68.658.030
Serviços Municipalizados	0	Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	68.658.030	Total Geral:	68.658.030

ORGÃO EXECUTIVO
 Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de de



Orçamento da Receita





Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	8.500.000
010203	Imposto único de circulação	2.500.000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	2.750.000
010205	Derrama	760.000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	1.000
01020702	Imposto municipal de sisa	1.000
01020703	Imposto municipal sobre veículos	50
010299	Impostos directos diversos	50
	Total do Capítulo Económico 01:	14.512.100
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localais	
02020601	Mercados e feiras	500.000
02020602	Loteamentos e obras	400.000
02020603	Ocupação da via pública	50.000
02020605	Publicidade	75.000
02020699	Outros	
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.500
0202069999	Outros	120.000
	Total do Capítulo Económico 02:	1.146.500
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012302	Loteamentos e obras	1.000.000
04012303	Ocupação da via pública	50.000
04012305	Caça, uso e porte de arma	500
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	500
0401239999	Outras	220.000
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	30.000
040202	Juros compensatórios	60.000
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	20.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040299	Multas e penalidades diversas	20.000
	Total do Capítulo Económico 04:	1.401.500
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	35.000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	50.000
0510	Rendas	
051001	Terrenos	255.000
051005	Bens de domínio público	
05100501	Concessão de jazigos e sepulturas	200.000
051099	Outros	
05109901	Rendas de concessão da EDP e Vale D'Este	2.600.000
05109902	Rendas de concessão de água e saneamento	727.095
05109999	Outros	50
	Total do Capítulo Económico 05:	3.867.145
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	15.338.602
06030102	Fundo Social Municipal	2.087.980
06030103	Participação fixa no IRS	1.901.354
06030199	Outras	
0603019902	DREN	3.250.000
0603019999	Outras	600.000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	FEDER	
0603060101	Eixo 2-Minho In, roteiro artes tradicionais	540.000
0603060103	Eixo 5-Cávado prospectivo	23.000
0603060104	Eixo 6-Programa promoção acessibilidade (rampa)	190.000
0603060105	Eixo 7- Barcelos Plural	35.000
0603060106	Cooperação Transfronteiriça (POCTEP)	127.500
0603060107	Outros	50
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	25.000
	Total do Capítulo Económico 06:	24.118.486
07	Venda de bens e serviços correntes	



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0701	Venda de bens	
070109	Matérias de consumo	50
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011101	Água	50
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020803	Serviços culturais	20.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	2.000.000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	1.000
07020905	Cemitérios	50.000
07020906	Mercados e feiras	80.000
07020907	Parques de estacionamento	20.000
07020999	Outros	
0702099903	Transportes Escolares	335.000
0702099904	Cantinas Escolares	800.000
0702099999	Outros (peças de artesanato e livros)	10.000
0703	Rendas	
070301	Habitações	6.000
070302	Edifícios	7.000
070399	Outras	25.000
	Total do Capítulo Económico 07:	3.354.100
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019999	Diversas	100.000
	Total do Capítulo Económico 08:	100.000
	Total das Receitas Correntes:	48.499.831
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09010102	Parcelas Expropriadas Estradas Portugal	90.000
09010103	Terreno em Vila Boa	400.000
090110	Famílias	
09011001	Lotes de Terreno em Barqueiros	150.000
09011002	Lotes de Terreno em Cambeses	250.000
09011003	Lotes de Terreno em Durrães	250.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09011004	Terreno na freguesia da Pousa	223.000
0902	Habitações	
090210	Famílias	
09021001	Habitações em Milhazes	930.000
09021002	Edifício na Rua Miguel da Fonseca	75.000
09021003	Fundação Salazar	390.000
0903	Edifícios	
090310	Famílias	1.000
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	1.000
09040102	Maquinaria e equipamento	1.000
09040103	Outros	1.000
	Total do Capítulo Económico 09:	2.762.000
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.834.651
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	
1003010499	Outros	1.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	
1003070102	Eixo 1- Plano Tecnológico Educação Cávado	178.000
1003070104	Eixo 1 - Eficiência energética iluminação pública	712.000
1003070105	Eixo 3 - Centro Escolar Viatodos	70.000
1003070106	Eixo 3 - Centro Escolar Arcozelo	2.020.000
1003070107	Eixo 3 - Centro Escolar Fragoso	400.000
1003070108	Eixo 3 - Centro Escolar António Fogaça	1.850.000
1003070109	Eixo 3 - Centro Escolar Lijó	1.337.000
1003070110	Eixo 3 - Centro Escolar Gilmonde	1.236.000
1003070111	Eixo 3 - Centro Escolar Barqueiros	1.000
1003070112	Eixo 3 - Museu Olaria remodelação e valorização	396.000
1003070114	Eixo 4-Req EM 505-3 EM 570 Viatodos Grim Minhotães	40.000
1003070116	Eixo 4 -Quadrilatero Desenv Urbano -Torre Medieval	506.000
1003070117	Eixo 4 -Quadrilatero Cultural Bilhética Electrón.	7.000
1003070118	Eixo 4 -Quadrilatero Cultural - Cartão Cultural	2.100
1003070119	Eixo 4-Quadrilatero Criativo edifício Arcozelo	32.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
1003070120	Eixo 5 - Cávado Digital	2.200
1003070121	Outros	1.000
1003070122	Eixo 3 -Cartografia Riscos Plano Emerg. Municipal	2.248
1003070123	Eixo 3 -Ecovia do Cávado 1ª Fase	470.000
1003070124	Eixo 3 -Passagem Superior da Ribeira de Patarro	550.000
1003070125	Eixo 3-Centro de Interpretação Ambiental	195.000
1003070126	Eixo 3 -Valorização Estratégica Rio Cávado	372.000
1003070127	Eixo 3 -Aquisição Contentores Subterrâneos 1ª Fase	88.400
1003070128	Eixo 5 -Guia Turístico Interativo de Barcelos	90.600
	Total do Capítulo Económico 10:	14.394.199
12	Passivos financeiros	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	
12060207	CGD (Investimento 3.000.000 Euros)	3.000.000
	Total do Capítulo Económico 12:	3.000.000
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	1.000
	Total do Capítulo Económico 13:	1.000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000
	Total do Capítulo Económico 15:	1.000
	Total das Receitas de Capital:	20.158.199
	Total do Orçamento da Receita:	68.658.030



Orçamento da Despesa



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010204	Ajudas de custo	3.000
01 010213	Outros suplementos e prémios	
01 01021302	Outros	65.000
	Total do Capítulo Económico 01:	68.000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020217	Publicidade	1.000
01 020225	Outros serviços	
01 02022599	Outros	1.500
	Total do Capítulo Económico 02:	2.500
	Total das Despesas Correntes:	70.500
	Total do Capítulo Orgânico 01:	70.500
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	200.000
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	6.500.000
02 01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	200.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	300.000
02 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	60.000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	15.000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	445.000
02 010111	Representação	100.000
02 010113	Subsidio de refeição	700.000
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	1.200.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	400.000
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	70.000
02 010204	Ajudas de custo	15.000
02 010205	Abono para falhas	17.000
02 010210	Subsídio de trabalho nocturno	70.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010211	Subsídio de turno	32.000
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	25.000
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021302	Outros	15.000
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	600.000
02	010302	Outros encargos com a saúde	175.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	80.000
02	010304	Outras prestações familiares	15.000
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.000
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.200.000
02	0103050202	Regime Geral	700.000
02	01030503	Segurança social-Regime geral	50
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	45.000
02	010308	Outras pensões	5.000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	142.000
		Total do Capítulo Económico 01:	13.328.050
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	230.000
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	25.000
02	02010202	Gasóleo	650.000
02	02010299	Outros	40.000
02	020104	Limpeza e higiene	40.000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	55.000
02	020108	Material de escritório	100.000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	20.000
02	020112	Material de transporte-Peças	250.000
02	020113	Material de consumo hoteleiro	12.000
02	020114	Outro material-Peças	20.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	50.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011602	Electricidade	1.800.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código	Designação		Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	02011603	Outras	10.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	10.000
02	020118	Livros e documentação técnica	2.000
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.000
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50.000
02	020121	Outros bens	
02	02012101	Aquisição de Materiais de Construção	100.000
02	02012105	Aquisição de Outros Materiais	80.000
02	02012106	Outros	80.000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	
02	02020101	Escolas e Jardins Infância	570.000
02	02020102	Outros	455.000
02	020202	Limpeza e higiene	110.000
02	020203	Conservação de bens	300.000
02	020205	Locação de material de informática	33.000
02	020206	Locação de material de transporte	1.000
02	020209	Comunicações	250.000
02	020210	Transportes	
02	02021001	Transportes Escolares	3.000.000
02	02021002	Outros	30.000
02	020211	Representação dos serviços	25.000
02	020212	Seguros	150.000
02	020213	Deslocações e estadas	80.000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	350.000
02	020215	Formação	25.000
02	020216	Seminários, exposições e similares	200.000
02	020217	Publicidade	100.000
02	020218	Vigilância e segurança	265.000
02	020219	Assistência técnica	80.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	
02	02022001	Tratamento de resíduos	1.400.000
02	02022002	Outros	650.000
02	020222	Serviços de saúde	35.000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	375.000
02	020225	Outros serviços	
02	02022501	Rendas	65.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	02022503	Aquisição de Serviços	450.000
02	02022504	Vigilância florestal	100.000
02	02022505	Cantinas Escolares	2.600.000
02	02022599	Outros	75.000
Total do Capítulo Económico 02:			15.400.000
02	03	Juros e outros encargos	
02	0301	Juros da dívida pública	
02	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
02	0301030202	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	30.000
02	0301030204	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	40.000
02	0301030205	C.G.D. (Linha Crédito III QCA - 2.210.248 Euros)	10.000
02	0301030206	B.C.P. (Investimento - 15.000.000 Euros)	115.000
02	0301030207	C.G.D. (Obras participadas- 396.017 Euros)	2.000
02	0301030208	C.G.D. (Obras participadas - 299.953 Euros)	2.000
02	0301030209	C.G.D. (Financiamento 2.267.626 Euros)	20.000
02	0301030210	C.G.D. (Investimento -2.500.000 Euros)	10.000
02	0301030211	C.G.D. (Investimento - 3.000.000 Euros)	35.000
Total do Capítulo Económico 03:			264.000
02	04	Transferências correntes	
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050102	Freguesias	
02	0405010201	Protocolo de Cooperação	727.115
02	0405010202	Outras Transferências	200.000
02	04050104	Associações de municípios	
02	0405010401	CIM	50.000
02	0405010402	Quadrilatero	70.000
02	04050108	Outros	5.000
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	
02	04070101	Associações e Organizações Desportivas	305.000
02	04070102	Associações Humanitárias e de Assistência Social	50.000
02	04070103	Outras Associações e Organizações	100.000
02	04070105	Associações de Educação e Cultura	1.200.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	04080201	Bolsas de Estudo	90.000
02	04080202	Apoio a Renda de Casa	700.000
02	04080203	Apoio Aquisição Livros Escol. e material didactico	175.000
02	04080204	Outros	50.000
Total do Capítulo Económico 04:			3.722.115
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
02	0501010102	Protocolo de 2012	803.084
02	0501010103	Protocolo de 2013	2.600.000
Total do Capítulo Económico 05:			3.403.084
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	50.000
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	250.000
02	06020302	IVA pago	50.000
02	06020304	Serviços bancários	10.000
02	06020305	Outras	50.000
Total do Capítulo Económico 06:			410.000
Total das Despesas Correntes:			36.527.249
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070101	Terrenos	62.200
02	070102	Habitações	
02	07010201	Construção	92.000
02	07010203	Reparação e beneficiação	50.000
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	50.050
02	07010304	Creches	18.300
02	07010305	Escolas	8.080.700
02	07010307	Outros	1.718.200
02	070104	Construções diversas	
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.735.450
02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	312.000
02	07010404	Iluminação pública	890.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
02 07010406	Instalações desportivas e recreativas	747.550
02 07010408	Viação rural	2.963.868
02 07010409	Sinalização e trânsito	168.000
02 07010412	Cemitérios	5.000
02 07010413	Outros	932.600
02 070106	Material de transporte	
02 07010601	Recolha de resíduos	335.000
02 07010602	Outro	75.000
02 070107	Equipamento de informática	350.000
02 070108	Software informático	150.000
02 070109	Equipamento administrativo	50.000
02 070110	Equipamento básico	
02 07011001	Equipamento de recolha de resíduos	150.000
02 07011002	Outro	1.060.000
02 070111	Ferramentas e utensílios	10.000
02 070115	Outros investimentos	200.000
	Total do Capítulo Económico 07:	20.205.918
02 08	Transferências de capital	
02 0805	Administração local	
02 080501	Continente	
02 08050102	Freguesias	8.198.800
02 0807	Instituições sem fins lucrativos	
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	668.063
02 0808	Famílias	
02 080802	Outras	350.000
	Total do Capítulo Económico 08:	9.216.863
02 09	Activos financeiros	
02 0907	Acções e outras participações	
02 090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	
02 09070299	Outros	500
	Total do Capítulo Económico 09:	500
02 10	Passivos financeiros	
02 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
02 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02 10060302	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	780.000
02 10060304	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	540.000
02 10060305	B.C.P. (Investimento - 15 000 000 Euros)	895.000



Município de Barcelos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	10060306	C.G.D. (Linha credito III QCA - 2.210.248 Euros)	100.000
02	10060307	C.G.D. (Obras participadas 396.017 Euros)	40.000
02	10060308	C.G.D. (Obras participadas 299.953 Euros)	30.000
02	10060309	C.G.D. (Investimento 2.267.626 Euros)	135.000
02	10060310	C.G.D. (Investimento 2.500.000 Euros)	115.000
Total do Capítulo Económico 10:			2.635.000
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	
02	110201	Restituições	1.000
02	110299	Outras	1.000
Total do Capítulo Económico 11:			2.000
Total das Despesas de Capital:			32.060.281
Total do Capítulo Orgânico 02:			68.587.530
Total do Orçamento da Despesa:			68.658.030

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



Grandes Opções do Plano

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)		Outros (h)
														Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)					
FUNÇÕES GERAIS																				
01	001		SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																	
	01 001	2013/1	ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2013																	
	01 001	2013/1	1	02 07010301	A				08	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
	01 001	2013/1	2	02 07010301	O				07	01/2013	12/2013	0	50	50				50		
	01 001	2013/1	3	02 02010201	O				05	01/2013	12/2014	0	25.000	25.000	25.000			50.000		
	01 001	2013/1	4	02 02010202	O				05	01/2013	12/2014	0	650.000	650.000	650.000			1.300.000		
	01 001	2013/2	ADMINISTRAÇÃO GERAL / MAQ. - EQUIPAMENTO 2013																	
	01 001	2013/2	1	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000				100.000		
	01 001	2013/2	2	02 070109	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
	01 001	2013/2	3	02 070111	O				05	01/2013	12/2013	0	10.000	10.000				10.000		
	01 001	2013/2	4	02 070107	O				05	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000				200.000		
	01 001	2013/2	5	02 070108	O				05	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000		
				Totais do Programa 001:						1.235.050			1.235.050	675.000				1.910.050		
01	002		SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																	
	01 002	2011/23	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2011																	
	01 002	2011/23	2	02 07010413	E				08	01/2011	12/2013	0	50	50				50		
	01 002	2013/23	Estabilização de taludes entre os km da Linha do Minho em Rio Covo Sta Eugénia																	
	01 002	2013/23	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2013																	
	01 002	2013/23	1	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000				100.000		
			306-caminhos de Santiago em Gueral e Pedra Furada																	
	01 002	2013/23	2	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	40.000	40.000				40.000		
	01 002	2013/23	3	02 07010413	E				08	01/2013	12/2014	0	500	500	314.000			314.500		
			Demolição e reconstrução de muros de suporte em Martim - 2ª fase																	
	01 002	2013/23	4	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
	01 002	2013/23	5	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000		
	01 002	2013/23	6	02 080701	O				01	01/2013	12/2013	0	105.000	105.000				105.000		
			Subsídios a instituições de protecção civil																	
				Totais do Programa 002:						445.550			445.550	314.000				759.550		
				Totais do Objectivo 01:						0	1.680.600		1.680.600	0	989.000		0	2.669.600		

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2013		2014 (e)	Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)		2015 (f)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 001 EDUCAÇÃO																		
02 001 2003/3	4	Construção do Jardim de Infância de Oliveira	02 07010304	E			08	03/2003	12/2013	4	470.691	18.300	18.300			488.991		
02 001 2006/4	2	ENSINO BÁSICO/2006	02 07010305	E			08	01/2007	12/2013	4	97.670	21.000	21.000			118.670		
02 001 2008/25	3	Reformulação e const.do Polidesportivo da Escola Primária de Rio Covo Sta Eugénia	02 07010305	E			08	01/2008	12/2014	0	50	50	50	2.330.000		2.330.050		
02 001 2008/25	8	Centro Escolar de Roriz	02 07010305	E			08	01/2008	12/2014	0	50	50	50	2.115.000		2.115.050		
02 001 2008/25	9	Centro Escolar de Viatodos	02 07010305	E			85	08	01/2008	12/2013	4	809.449	166.000	166.000		975.449		
02 001 2009/4	6	ENSINO BÁSICO / 2009	02 07010305	E			08	01/2009	12/2013	3	20.449	1.000	1.000			21.449		
02 001 2009/4	8	Recuperação e remodelação da antiga escola em pólo de leitura - Remelhe	02 07010305	E			08	01/2009	12/2013	0	200.000	200.000	200.000			200.000		
02 001 2009/25	1	Adaptação do edifício da escola a novas funcionalidades - Alvelos	02 07010305	E			08	01/2009	12/2014	0	50	50	50	804.000		804.050		
02 001 2010/4	1	CENTROS ESCOLARES / 2009	02 07010305	E			08	01/2010	12/2013	3	1.422	50	50			1.472		
02 001 2011/25	1	Centro Escolar de Martim	02 07010305	E			85	08	01/2011	12/2013	3	644.460	1.900.000	1.900.000		2.544.460		
02 001 2011/25	2	ENSINO BÁSICO / 2010	02 07010305	E			85	08	01/2011	12/2013	3	11.310	1.915.000	1.915.000		1.926.310		
02 001 2011/25	3	Requalificação do polidesportivo escola Pousa	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.646.000		2.646.050		
02 001 2011/25	4	CENTROS ESCOLARES / 2011	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.649.000		2.649.050		
02 001 2011/25	5	Centro Escolar António Fogaça	02 07010305	E			85	08	01/2011	12/2013	3	355.859	1.242.000	1.242.000		1.597.859		
02 001 2011/25	6	Centro Escolar Arozelo	02 07010305	E			85	08	01/2011	12/2013	0	166.872	450.000	450.000		616.872		
02 001 2011/25	7	Centro Escolar Cristelo	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.849.000		2.849.050		
02 001 2011/25	8	Centro Escolar Sul	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.644.000		2.644.050		
02 001 2011/25	9	Centro Escolar Lijó	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	1.381.000		1.381.050		
02 001 2011/25	10	Centro Escolar Fragoso - Jardim Infância Fragoso	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	1.490.000		1.490.050		
02 001 2011/25	11	Centro Escolar Várzea	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.329.000		2.329.050		
02 001 2011/25	12	Centro Escolar Aldão	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	1.320.748		1.320.748		
02 001 2011/25	13	Centro Escolar Milhazes	02 07010305	E			85	08	01/2011	12/2013	3	369.748	951.000	951.000		2.720.050		
02 001 2011/25	14	Centro Escolar Moura	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.720.000		2.720.050		
02 001 2011/25	14	Centro Escolar Gilmonde	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50	2.558.000		2.558.050		
02 001 2011/25	14	Centro Escolar Cambeses	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50					
02 001 2011/25	14	Centro Escolar Vale do Neiva	02 07010305	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	50					



Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2013		Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS															
02 001		EDUCAÇÃO															
02 001	2011/25 16	Elaboração de projectos	02 07010305	O			85	08	01/2011	12/2013	3	626.893	1.034.000	1.034.000			1.660.893
02 001	2013/3	EDUCAÇÃO 2013															
02 001	2013/3 1	Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02 07010305	E			08	08	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000				200.000
02 001	2013/3 2	Elaboração de projetos	02 07010305	O			08	08	01/2013	12/2013	0	50	50				50
02 001	2013/3 3	Aquisição equipamento básico	02 07011002	O			05	05	01/2013	12/2013	0	450.000	450.000				450.000
02 001	2013/3 4	Aquisição equipamento informático	02 070107	O			85	05	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000
02 001	2013/3 5	Aquisição de terrenos	02 070101	O			07	07	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000				25.000
02 001	2013/3 6	Prestação de serviços de transportes escolares	02 02021001	O			05	05	01/2013	12/2014		3.000.000	3.000.000				6.000.000
02 001	2013/3 7	Prestação de serviços de cantinas escolares	02 02022505	O			05	05	01/2013	12/2014		2.600.000	2.600.000				5.200.000
												3.574.821	14.324.000	14.324.000			50.013.821
												Totais do Programa 001:					
02 002		SAÚDE															
02 002	2009/5	SERVICIOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009															
02 002	2009/5 1	Aquisição de terrenos p/ construção do Novo Hospital	02 070101	O			07	07	01/2009	12/2013	0	50	50				50
												50	50				50
												Totais do Programa 002:					
02 003		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS															
02 003	2003/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2003															
02 003	2003/7 3	Arranjo Urbanístico Rua Fernando Magalhães e da Praceira Mestre Luis Costa	02 07010401	E			08	08	01/2005	12/2013	4	472.581	131.000	131.000			603.581
02 003	2004/6	HABITAÇÃO/2004															
02 003	2004/6 2	Const. Habitações e Obras Urbaniz. em Milhazes	02 07010201	E			08	08	01/2006	12/2013	4	3.406.868	92.000	92.000			3.498.868
02 003	2004/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2004															
02 003	2004/7 20	Frente Fluvial/Nascente	02 07010401	E			85	08	01/2005	12/2013	4	1.799.035	57.000	57.000			1.856.035
02 003	2006/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006															
02 003	2006/7 2	Requalificação da Urbanização Altamira - Arcozelo	02 07010401	E			08	08	01/2007	12/2013	0	150.000	150.000				150.000
02 003	2006/7 9	Requalificação da Urbanização Quinta do Brigadeiro	02 07010401	E			08	08	04/2006	12/2014	0	50	50			300.050	
02 003	2007/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007															
02 003	2007/7 3	Via de acesso à Central de Camionagem	02 07010401	E			08	08	01/2007	12/2015	0	50	50				2.000.050
02 003	2007/7 10	Accesibilidades imediatas aos campos do IPCA	02 07010401	E			08	08	09/2007	12/2014	0	100.000	100.000				400.000
02 003	2008/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008															

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		2014 (e)	Anos seguintes		
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (f)	
02			FUNÇÕES SOCIAIS																
02 003			HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																
02 003 2008/7 1	Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente	02 07010401	E	08	01/2008	12/2014	0	08	01/2008	12/2014	0	50	50	130.000					130.050
02 003 2008/7 2	Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola Vila Cova	02 07010401	E	08	01/2008	12/2014	0	08	01/2008	12/2014	0	50	50	200.000					200.050
02 003 2008/7 6	Arranjo urbanístico do Terreiro de Négreiros	02 07010401	E	08	01/2008	12/2014	0	08	01/2008	12/2014	0	50	50	200.000					200.050
02 003 2009/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																		
02 003 2009/7 1	Arranjo urb. junto à igreja com sanitários - Alheira	02 07010401	E	08	01/2009	12/2014	0	08	01/2009	12/2014	0	25.000	25.000	200.000					225.000
02 003 2009/7 2	Requalificação da Rua da Oliveira - Barcelos	02 07010401	E	08	01/2009	12/2014	0	08	01/2009	12/2014	0	50	50	225.000					225.050
02 003 2009/7 4	Arranjo urb. junto à igreja - Durrães	02 07010401	E	08	01/2009	12/2014	0	08	01/2009	12/2014	0	25.000	25.000	200.000					225.000
02 003 2009/7 7	Arranjo urb. junto à Igreja de - Lijó	02 07010401	E	08	01/2009	12/2014	0	08	01/2009	12/2014	0	75.000	75.000	25.000					100.000
02 003 2009/7 9	Arranjo urb. Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02 07010401	E	08	01/2009	12/2014	0	08	01/2009	12/2014	0	50	50	250.000					250.050
02 003 2009/11	RECURSOS NATURAIS / 2009																		
02 003 2009/11 2	Reconstituição da levada da Ponte Medieval	02 07010413	E	08	01/2009	12/2013	0	08	01/2009	12/2013	0	50	50						50
02 003 2011/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011																		
02 003 2011/7 1	A alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente em Fragoso	02 07010401	E	08	01/2011	12/2014	0	08	01/2011	12/2014	0	50	50	252.000					252.050
02 003 2011/7 5	Obra Requalificação e aparcamento de veículos em V.F.S.Martinho.	02 07010401	E	08	04/2011	12/2014	0	08	04/2011	12/2014	0	10.000	10.000	240.000					250.000
02 003 2012/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012																		
02 003 2012/7 2	Reabilitação da Av. dos Combatentes da Grande Guerra	02 07010401	E	08	01/2012	12/2014	0	08	01/2012	12/2014	0	50	50	200.000					200.050
02 003 2013/6	HABITAÇÃO / 2013																		
02 003 2013/6 1	Apoio à habitação social	02 080802	E	01	01/2013	12/2013	0	01	01/2013	12/2013	0	350.000	350.000						350.000
02 003 2013/6 2	Obras de beneficiação em habitação social	02 07010203	E	16	01/2013	12/2013	0	16	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000						50.000
02 003 2013/7	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013																		
02 003 2013/7 1	Requalificação da rua D. Nuno Álvares Pereira	02 07010401	E	08	01/2013	12/2013	0	08	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000						200.000
02 003 2013/7 2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Patario	02 07010401	E	85	08	01/2013	12/2013	0	85	08	01/2013	12/2013	0	612.000	612.000				612.000
02 003 2013/7 3	Pequenos arranjos urbanísticos	02 07010401	E	08	01/2013	12/2013	0	08	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000						200.000
02 003 2013/7 4	Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02 07010401	O	08	01/2013	12/2013	0	08	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000						100.000
02 003 2013/7 5	Aquisição de terrenos	02 070101	O	07	01/2013	12/2013	0	07	01/2013	12/2013	0	50	50						50
02 003 2013/8	SANEAMENTO / 2013																		
02 003 2013/8 1	Pequenas obras de saneamento	02 07010402	E	09	01/2013	12/2013	0	09	01/2013	12/2013	0	12.000	12.000						12.000
02 003 2013/10	RESÍDUOS SÓLIDOS / 2013																		
02 003 2013/10 1	Aquisição de material para depósito e recolha de lixo	02 07011001	O	85	05	01/2013	12/2013	0	85	05	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2013		Anos seguintes			
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																		
02 003	2013/10 2	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010601	O				05	01/2013	12/2013	0	335.000	335.000				335.000	
02 003	2013/10 3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	225.000	225.000				225.000	
02 003	2013/11	RECURSOS NATURAIS / 2013																
02 003	2013/11 1	Valorização do Rio Cávado	02 07010413	E				85	09	01/2013	12/2013	0	412.000	412.000			412.000	
02 003	2013/11 2	Recuperação da linha de água e outros recursos naturais	02 07010413	E				09	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000				5.000	
02 003	2013/11 3	Drenagem de águas pluviais	02 07010402	E				09	01/2013	12/2013	0	300.000	300.000				300.000	
02 003	2013/12	PARQUES E JARDINS / 2013																
02 003	2013/12 1	Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0	12.000	12.000				12.000	
02 003	2013/12 2	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	80.000	80.000				80.000	
02 003	2013/12 3	Aquisição de material de transporte	02 07010602	O				05	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000				25.000	
02 003	2013/13	HIGIENE PÚBLICA / 2013																
02 003	2013/13 1	Sanitários	02 07010413	E				09	01/2013	12/2013	0	10.000	10.000				10.000	
02 003	2013/14	CEMITÉRIOS / 2013																
02 003	2013/14 1	Pequenas obras no cemitério	02 07010412	E				08	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000				5.000	
02 003	2013/14 2	Equipamentos de cemitério	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000				5.000	
Totais do Programa 003:												5.678.485	3.753.550	3.753.550	3.722.000	1.000.000		14.154.035
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																		
CULTURA/2004																		
02 004	2004/15	Recuperação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E				08	10/2004	12/2013	4	3.429.447	150.000				3.579.447	
02 004	2005/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER/2005																
02 004	2005/16 3	Polidespósito de Pereira	02 07010406	E				08	01/2005	12/2013	2	152.000	152.000				152.000	
02 004	2007/15	CULTURA / 2007																
02 004	2007/15 1	Remodelação e valorização do Museu de Olaria	02 07010307	E				85	08	01/2007	12/2013	3	960.000	960.000			1.371.092	
02 004	2008/15	CULTURA / 2008																
02 004	2008/15 6	Recuperação da Torre de Menagem / Medieval	02 07010307	E				85	08	01/2008	12/2013	0	558.000	558.000			558.000	
02 004	2009/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2009																
02 004	2009/16 2	Revitalização da antiga EN 103 com a construção de uma ciclovia - Gamil	02 07010406	E				08	01/2009	12/2014	0	50	50			655.000	655.050	
02 004	2010/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2010																
02 004	2010/16 7	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragoso	02 07010406	E				08	01/2010	12/2014	0	500	500			650.000	650.500	

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		Anos seguintes		
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	
02			FUNÇÕES SOCIAIS															
02 004			SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS															
02 004	2011/15	1	CULTURA / 2011															
02 004	2011/15	1	Intervenção na Estação Arqueológica do Castelo de Faria	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0			50	100.000	100.050	
02 004	2011/15	2	Recuperação da Casa Rosa Ramalho	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	3	8.918	50.000	50.000	200.000	258.918	
02 004	2011/15	3	Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0		50	50	400.000	400.050	
02 004	2011/15	4	Museu do Rio	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0		50	50	130.000	130.050	
02 004	2011/15	5	Equipamento Museu Olaria	02 07011002	O				85	05	01/2011	12/2013	3	12.662	50.000	50.000	62.662	
02 004	2013/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2013															
02 004	2013/16	1	Ecovia do Cávado 1ª fase - Barcelinhos a Mariz	02 07010406	E				85	08	01/2013	12/2013	0		520.000	520.000		
02 004	2013/16	2	Construção de parques infantis	02 07010406	E				08	01/2013	12/2013	0		25.000	25.000	25.000		
02 004	2013/16	3	Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E				08	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000	50.000		
02 004	2013/16	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0		50	50	50		
02 004	2013/16	5	Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000	50.000		
02 004	2013/16	6	Subsídios a organizações desportivas, recreativas, de lazer e outras	02 080701					01	01/2013	12/2013	0		400.000	400.000	400.000		
02 004	2013/16	7	Subsídios a associações de assistência social	02 080701					01	01/2013	12/2013	0		113.013	113.013	113.013		
02 004	2013/16	8	Subsídios a associações de educação e cultura	02 080701					01	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000	50.000		
									Totais do Programa 004:			3.862.118	3.128.763	3.128.763	2.135.000	9.125.881		
									Totais do Objetoivo 02:			13.115.425	21.206.363	21.206.363	0	37.972.000	1.000.000	73.293.788
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS															
03 001			INDÚSTRIA E ENERGIA															
03 001	2013/17		ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2013															
03 001	2013/17	1	Melhoria da iluminação pública	02 07010404	E				13	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000	50.000		
03 001	2013/17	2	Eficiência energética na iluminação pública do cávado	02 07010404	E				85	13	01/2013	12/2013	0		840.000	840.000	840.000	
									Totais do Programa 001:			890.000	890.000	890.000	890.000			
03 002			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES															
03 002	2008/18		REDE VIÁRIA / 2008															
03 002	2008/18	3	Modernização da EM 505 entre EN 306(Barcelinhos) e 306-1(Carvalhas)	02 07010408	E				08	01/2008	12/2015	0		50	50	1.800.000	2.800.050	

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2013		2014 (e)	Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2015 (f)	
03		FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 002		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																
03 002	2008/18 8	Requalificação CM 1114 - Vila Séca	02 07010408	E			08	01/2008	12/2014	0	50	50	500.000				500.050	
03 002	2009/18	REDE VIÁRIA / 2009																
03 002	2009/18 1	Ligação à variante da EN 103 em Rio Covo Santa Eugénia	02 07010408	E			08	01/2009	12/2015	0	50	50	1.500.000	1.000.000			2.500.050	
03 002	2009/18 3	Caminho vicinal que liga o Lugar de Castro ao Lugar da Volta - Sequeade	02 07010408	E			08	01/2009	12/2013	4	373.588	125.000					498.588	
03 002	2009/18 6	Alargamento e pav. Rua da Junqueira - Várzea	02 07010408	E			08	01/2009	12/2013	0	337.368	337.368					337.368	
03 002	2009/18 8	Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Fase 3: execução arruamento entre a Av. Nossa S.ª Franqueira e Rua Casal de Nil - Vila F.S. Martinho	02 07010408	E			08	01/2009	12/2014	0	50	50	150.000				150.050	
03 002	2009/18 12	Construção de passeios EN 103 - Abade de Neiva	02 07010408	E			08	01/2009	12/2015	0	50	50	100.000	100.000			200.050	
03 002	2009/18 15	Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02 07010408	E			08	01/2009	12/2014	0	150.000	150.000	300.000				450.000	
03 002	2009/18 24	Alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02 07010408	E			08	01/2009	12/2014	0	50	50	250.000				250.050	
03 002	2009/18 26	Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manrente	02 07010408	E			08	01/2009	12/2014	0	50	50	200.000				200.050	
03 002	2010/18	REDE VIÁRIA / 2010																
03 002	2010/18 5	Recuperação da Ponte de Durrães	02 07010408	E			08	01/2010	12/2014	0	50	50	150.000				150.050	
03 002	2011/18	REDE VIÁRIA / 2011																
03 002	2011/18 1	Reabilitação da EM entre Viatodos e Grimancelos 2.ª fase	02 07010408	E			08	01/2011	12/2014	0	50	50	200.000				200.050	
03 002	2011/18 2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E			08	01/2011	12/2013	4	297.483	237.000					534.483	
03 002	2012/18	REDE VIÁRIA / 2012																
03 002	2012/18 1	Variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E			08	01/2012	12/2015	0	50	50	1.500.000	2.000.000			3.500.050	
03 002	2012/18 5	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E			08	01/2012	12/2013	3	30.170	303.000					333.170	
03 002	2012/19	TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012																
03 002	2012/19 4	Construção de garas autocarros Barcelinhos e Silveiros	02 07010401	E			15	01/2012	12/2013	0	50.000	50.000					50.000	
03 002	2013/18	REDE VIÁRIA / 2013																
03 002	2013/18 1	Reconstrução do Pontão no CM 1140, em Macieira de Rates	02 07010408	E			08	01/2013	12/2013	0	236.000	236.000					236.000	
03 002	2013/18 2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E			08	01/2013	12/2013	0	1.500.000	1.500.000					1.500.000	
03 002	2013/18 3	Elaboração de projetos	02 07010408	O			08	01/2013	12/2013	0	75.000	75.000					75.000	
03 002	2013/18 4	Aquisição de terrenos	02 070101	O			07	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000					25.000	
03 002	2013/19	TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2013																

Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2013	2014	2015	2016	Outros (h)	
03		FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 002		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																
03 002	2013/19 1	Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O			05	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000					50.000
03 002	2013/19 2	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O			05	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000					50.000
03 002	2013/19 3	Sinalização e sematização	02 07010409	O			15	01/2013	12/2013	0		100.000	100.000					100.000
03 002	2013/19 4	Aquisição e construção de abrigos	02 07010409	E			15	01/2013	12/2013	0		68.000	68.000					68.000
								Totais do Programa 002:			701.241	3.306.868	3.306.868	6.650.000	4.100.000			14.758.109
03 003		AGRICULTURA																
03 003	2013/20	AGRICULTURA / 2013																
03 003	2013/20 1	Centro de interpretação ambiental	02 07010413	E			85	08	01/2013	12/2013	0	215.000	215.000					215.000
								Totais do Programa 003:			701.241	4.411.868	4.411.868	0	6.650.000	4.100.000	0	15.863.109
04		OUTRAS FUNÇÕES																
04 001		TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																
04 001	2013/5001	TRANSFERÊNCIAS PARA JUNTAS DE FREGUESIA / 2013																
04 001	2013/5001 1	Protocolo de Cooperação	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		5.818.000	5.818.000					5.818.000
04 001	2013/5001 2	Obras em equipamentos escolares	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		150.000	150.000					150.000
04 001	2013/5001 3	Caminhos Públicos	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		1.000.400	1.000.400					1.000.400
04 001	2013/5001 4	Sedes	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		400.000	400.000					400.000
04 001	2013/5001 5	Cemitérios	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		580.400	580.400					580.400
04 001	2013/5001 6	Outros	02 08050102				01	01/2013	12/2013	0		250.000	250.000					250.000
								Totais do Programa 001:			8.198.800	8.198.800	8.198.800					8.198.800
04 002		DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																
04 002	2013/24	EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2013																
04 002	2013/24 1	Obras partic. p/ salvaguarda interesse público	02 070115	E			01	01/2013	12/2013	0		200.000	200.000					200.000
04 002	2013/24 2	Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02 070101	O			07	01/2013	12/2013	0		50	50					50
04 002	2013/24 3	Exercício do direito de aquisição de edifícios	02 07010307	O			01	01/2013	12/2013	0		50	50					50
04 002	2013/5003	DIVERSAS																
04 002	2013/5003 1	Outras instituições	02 080701				01	01/2013	12/2013	0		50	50					50

Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj/Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)					
					AC	AA	FC		2013	Anos seguintes													
Atno / Nº Ação								Início	Fim		Total (b)=(c)+(d)	2013	2014	2015	2016	Outros (h)							
												Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)							
04	002	02 09070299	01	01/2013	12/2013	0	01	01/2013	12/2013	0	500	500	500	500	500	500	500						
TOTAIS DO PROGRAMA 002:												200.650	200.650									200.650	
TOTAIS DO OBJETIVO 04:												0	8.399.450	8.399.450	0	0	0	0	0	0	0	0	8.399.450
Total Geral:												13.816.666	35.698.281	35.698.281	0	45.611.000	5.100.000	0	0	0	0	0	100.225.947

OUTRAS FUNÇÕES

DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS

Ações ou outras participações

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____





2013 GRANDES
OPÇÕES DO
PLANO E
ORÇAMENTO

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)		Outros (h)
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					
01			FUNÇÕES GERAIS																	
01 001			SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																	
01 001	2013/1		ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2013																	
01 001	2013/1	1	Recuperação de edifícios para funcionamento de serviços	02 07010301	A				08	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
01 001	2013/1	2	Aquisição de edifícios	02 07010301	O				07	01/2013	12/2013	0	50	50				50		
01 001	2013/2		ADMINISTRAÇÃO GERAL / MAQ. - EQUIPAMENTO 2013																	
01 001	2013/2	1	Aquisição e reparação maquinaria e equipamento básico para os serviços da autarquia	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000				100.000		
01 001	2013/2	2	Aquisição e reparação maquinaria e equipamento administrativo para os serviços da autarquia	02 070109	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
01 001	2013/2	3	Aquisição e reparação de utensílios e ferramentas para os serviços da autarquia	02 070111	O				05	01/2013	12/2013	0	10.000	10.000				10.000		
01 001	2013/2	4	Aquisição de equipamento informático	02 070107	O				05	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000				200.000		
01 001	2013/2	5	Aquisição de software informático	02 070108	O				05	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000		
													0	560.050	560.050	0	0	0	560.050	
01 002			SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																	
01 002	2011/23		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2011																	
01 002	2011/23	2	Estabilização de taludes entre os km da Linha do Minho em Rio Covo Sta Eugénia	02 07010413	E				08	01/2011	12/2013	0	50	50				50		
01 002	2013/23		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2013																	
01 002	2013/23	1	Melhoria das condições de segurança na EN 306-caminhos de Santiago em Gual e Pedra Furada	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000				100.000		
01 002	2013/23	2	Beneficiação da rede viária florestal	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	40.000	40.000				40.000		
01 002	2013/23	3	Demolição e reconstrução de muros de suporte em Martim - 2ª fase	02 07010413	E				08	01/2013	12/2014	0	500	500	314.000			314.500		
01 002	2013/23	4	Aquisição de equipamento de segurança rodoviária	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000		
01 002	2013/23	5	Obras de emergência	02 07010413	E				08	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000		
													0	340.550	340.550	0	314.000	0	654.550	
													0	900.600	900.600	0	314.000	0	1.214.600	
02			FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 001			EDUCAÇÃO																	
02 001	2003/3		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR / 2003																	

Totais do Objetivo 01:

Totais do Programa 001:

Totais do Programa 002:

Totais do Objetivo 01:

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)	2013 Financiam. definido (c)	2013 Financiam. não definido (d)	2014 (e)		2015 (f)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 001 EDUCAÇÃO																		
02 001	2003/3	4	02 07010304	E				08	03/2003	12/2013	4	470.691	18.300	18.300			488.991	
02 001	2006/4		02 07010305	E				08	01/2007	12/2013	4	97.670	21.000	21.000			118.670	
02 001	2008/25	3	02 07010305	E				08	01/2008	12/2014	0	50	50	2.330.000			2.330.050	
02 001	2008/25	8	02 07010305	E				08	01/2008	12/2014	0	50	50	2.115.000			2.115.050	
02 001	2008/25	9	02 07010305	E				85	08	01/2008	12/2013	4	809.449	166.000	166.000			975.449
02 001	2009/4	6	02 07010305	E				08	01/2009	12/2013	3	20.449	1.000	1.000			21.449	
02 001	2009/4	8	02 07010305	E				08	01/2009	12/2013	0	200.000	200.000				200.000	
02 001	2009/25	1	02 07010305	E				08	01/2009	12/2014	0	50	50	804.000			804.050	
02 001	2010/4	1	02 07010305	E				08	01/2010	12/2013	3	1.422	50	50			1.472	
02 001	2011/25	1	02 07010305	E				85	08	01/2011	12/2013	3	644.460	1.900.000	1.900.000			2.544.460
02 001	2011/25	2	02 07010305	E				85	08	01/2011	12/2013	3	11.310	1.915.000	1.915.000			1.926.310
02 001	2011/25	3	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.646.000			2.646.050	
02 001	2011/25	4	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.649.000			2.649.050	
02 001	2011/25	5	02 07010305	E				85	08	01/2011	12/2013	3	355.859	1.242.000	1.242.000			1.597.859
02 001	2011/25	6	02 07010305	E				85	08	01/2011	12/2013	0	166.872	450.000	450.000			616.872
02 001	2011/25	7	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.849.000			2.849.050	
02 001	2011/25	8	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.644.000			2.644.050	
02 001	2011/25	9	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	1.381.000			1.381.050	
02 001	2011/25	10	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	1.490.000			1.490.050	
02 001	2011/25	11	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.329.000			2.329.050	
02 001	2011/25	12	02 07010305	E				85	08	01/2011	12/2013	3	369.748	951.000	951.000			1.320.748
02 001	2011/25	13	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.720.000			2.720.050	
02 001	2011/25	14	02 07010305	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	2.558.000			2.558.050	
02 001	2011/25	16	02 07010305	O				85	08	01/2011	12/2013	3	626.893	1.034.000	1.034.000			1.660.893

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes							
														2013		2014	2015		2016	Outros (h)	
(b)= (c)+(d)		Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)		2014 (e)		2015 (f)		2016 (g)											
02 FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 001 EDUCAÇÃO																					
02 001	2013/3	1	Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02 07010305	E				08	01/2013	12/2013	0	200.000	200.000				200.000			
02 001	2013/3	2	Elaboração de projetos	02 07010305	O				08	01/2013	12/2013	0	50	50				50			
02 001	2013/3	3	Aquisição equipamento básico	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	450.000	450.000				450.000			
02 001	2013/3	4	Aquisição equipamento informático	02 070107	O			85	05	01/2013	12/2013	0	150.000	150.000				150.000			
02 001	2013/3	5	Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000				25.000			
Totais do Programa 001:													3.574.821	8.724.000	8.724.000	0	26.515.000	0	0	0	38.813.821
02 002 SAÚDE																					
02 002	2009/5		SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009																		
02 002	2009/5	1	Aquisição de terrenos p/ construção do Novo Hospital	02 070101	O				07	01/2009	12/2013	0	50	50				50			
Totais do Programa 002:													0	50	50	0	0	0	0	0	50
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																					
02 003	2003/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2003																		
02 003	2003/7	3	Arranjo Urbanístico Rua Fernando Magalhães e da Praceta Mestre Luis Costa	02 07010401	E				08	01/2005	12/2013	4	472.581	131.000	131.000			603.581			
02 003	2004/6	2	Const. Habitações e Obras Urbaniz. em Milhazes	02 07010201	E				08	01/2006	12/2013	4	3.406.868	92.000	92.000			3.498.868			
02 003	2004/7	20	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2004																		
02 003	2006/7		Frente Fluvial-Nascente	02 07010401	E			85	08	01/2005	12/2013	4	1.799.035	57.000	57.000			1.856.035			
02 003	2006/7	2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006																		
02 003	2006/7	2	Requalificação da Urbanização Altamira - Arcozelo	02 07010401	E				08	01/2007	12/2013	0	150.000	150.000			150.000				
02 003	2006/7	9	Requalificação da Urbanização Quinta do Brigadeiro	02 07010401	E				08	04/2006	12/2014	0	50	50	300.000		300.050				
02 003	2007/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007																		
02 003	2007/7	3	Via de acesso à Central de Camionagem	02 07010401	E				08	01/2007	12/2015	0	50	50	1.000.000	1.000.000	2.000.050				
02 003	2007/7	10	Accesibilidades imediatas aos campos do IPCA	02 07010401	E				08	09/2007	12/2014	0	100.000	100.000	300.000		400.000				
02 003	2008/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008																		
02 003	2008/7	1	Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente	02 07010401	E				08	01/2008	12/2014	0	50	50	130.000		130.050				
02 003	2008/7	2	Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola Vila Cova	02 07010401	E				08	01/2008	12/2014	0	50	50	200.000		200.050				
02 003	2008/7	6	Arranjo urbanístico do Terreiro de Negreiros	02 07010401	E				08	01/2008	12/2014	0	50	50	200.000		200.050				

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013	2014	2015	2016	Outros (h)	
FUNÇÕES SOCIAIS																			
02	003		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																
			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																
02	003	2009/7	1	Arranjo urb. junto à igreja com sanitários - Alheira	02	07010401	E		08	01/2009	12/2014	0		25.000	25.000	200.000	225.000		
02	003	2009/7	2	Requalificação da Rua da Oliveira - Barcelos	02	07010401	E		08	01/2009	12/2014	0		50	50	225.000	225.050		
02	003	2009/7	4	Arranjo urb. junto à igreja - Durrães	02	07010401	E		08	01/2009	12/2014	0		25.000	25.000	200.000	225.000		
02	003	2009/7	7	Arranjo urb. junto à Igreja de - Lijó	02	07010401	E		08	01/2009	12/2014	0		75.000	75.000	25.000	100.000		
02	003	2009/7	9	Arranjo urb. Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02	07010401	E		08	01/2009	12/2014	0		50	50	250.000	250.050		
02	003	2009/11		RECURSOS NATURAIS / 2009															
02	003	2009/11	2	Reconstituição da levada da Ponte Medieval	02	07010413	E		08	01/2009	12/2013	0		50	50		50		
02	003	2011/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011															
02	003	2011/7	1	A alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente em Fragoso	02	07010401	E		08	01/2011	12/2014	0		50	50	252.000	252.050		
02	003	2011/7	5	Obra Requalificação e aparcamento de veículos em V.F.S.Martinho.	02	07010401	E		08	04/2011	12/2014	0		10.000	10.000	240.000	250.000		
02	003	2012/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012															
02	003	2012/7	2	Reabilitação da Av. dos Combatentes da Grande Guerra	02	07010401	E		08	01/2012	12/2014	0		50	50	200.000	200.050		
02	003	2013/6		HABITAÇÃO / 2013															
02	003	2013/6	2	Obras de beneficiação em habitação social	02	07010203	E		16	01/2013	12/2013	0		50.000	50.000		50.000		
02	003	2013/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013															
02	003	2013/7	1	Requalificação da rua D. Nuno Álvares Pereira	02	07010401	E		08	01/2013	12/2013	0		200.000	200.000		200.000		
02	003	2013/7	2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Patauro	02	07010401	E		85	08	01/2013	12/2013	0		612.000	612.000	612.000		
02	003	2013/7	3	Pequenos arranjos urbanísticos	02	07010401	E		08	01/2013	12/2013	0		200.000	200.000		200.000		
02	003	2013/7	4	Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02	07010401	O		08	01/2013	12/2013	0		100.000	100.000		100.000		
02	003	2013/7	5	Aquisição de terrenos	02	070101	O		07	01/2013	12/2013	0		50	50		50		
02	003	2013/8		SANEAMENTO / 2013															
02	003	2013/8	1	Pequenas obras de saneamento	02	07010402	E		09	01/2013	12/2013	0		12.000	12.000		12.000		
02	003	2013/10		RESÍDUOS SÓLIDOS / 2013															
02	003	2013/10	1	Aquisição de material para depósito e recolha de lixo	02	07011001	O		85	05	01/2013	12/2013	0		150.000	150.000	150.000		
02	003	2013/10	2	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02	07010601	O		05	01/2013	12/2013	0		335.000	335.000		335.000		
02	003	2013/10	3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02	07011002	O		05	01/2013	12/2013	0		225.000	225.000		225.000		
02	003	2013/11		RECURSOS NATURAIS / 2013															
02	003	2013/11	1	Valorização do Rio Cávado	02	07010413	E		85	09	01/2013	12/2013	0		412.000	412.000	412.000		



Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes				
													2013		2014	2015	
Atno / N.º Ação								(b)= (c)+(d)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)			
02		FUNÇÕES SOCIAIS															
02 003		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS															
02 003	2013/11 2	Recuperação da linha de água e outros recursos naturais	02 07010413	E				09	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000			5.000	
02 003	2013/11 3	Drenagem de águas pluviais	02 07010402	E				09	01/2013	12/2013	0	300.000	300.000			300.000	
02 003	2013/12	PARQUES E JARDINS / 2013															
02 003	2013/12 1	Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0	12.000	12.000			12.000	
02 003	2013/12 2	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	80.000	80.000			80.000	
02 003	2013/12 3	Aquisição de material de transporte	02 07010602	O				05	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000			25.000	
02 003	2013/13	HIGIENE PÚBLICA / 2013															
02 003	2013/13 1	Sanitários	02 07010413	E				09	01/2013	12/2013	0	10.000	10.000			10.000	
02 003	2013/14	CEMITÉRIOS / 2013															
02 003	2013/14 1	Pequenas obras no cemitério	02 07010412	E				08	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000			5.000	
02 003	2013/14 2	Equipamentos de cemitério	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	5.000	5.000			5.000	
								Totais do Programa 003:			5.678.485	3.403.550	3.403.550	1.000.000	0	3.722.000	13.804.035
02 004		SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS															
02 004	2004/15	CULTURA/2004															
02 004	2004/15 2	Recuperação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E				08	10/2004	12/2013	4	3.429.447	150.000	150.000			3.579.447
02 004	2005/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER/2005															
02 004	2005/16 3	Polidespertivo de Pereira	02 07010406	E				08	01/2005	12/2013	2	152.000	152.000			152.000	
02 004	2007/15	CULTURA / 2007															
02 004	2007/15 1	Remodelação e valorização do Museu de Olaria	02 07010307	E				85	08	01/2007	12/2013	3	411.092	960.000	960.000		1.371.092
02 004	2008/15	CULTURA / 2008															
02 004	2008/15 6	Recuperação da Torre de Menagem / Medieval	02 07010307	E				85	08	01/2008	12/2013	0	558.000	558.000			558.000
02 004	2009/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2009															
02 004	2009/16 2	Revitalização da antiga EN 103 com a construção de uma ciclovia - Gamil	02 07010406	E				08	01/2009	12/2014	0	50	50			655.050	
02 004	2010/16	DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2010															
02 004	2010/16 7	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragooso	02 07010406	E				08	01/2010	12/2014	0	500	500			650.500	
02 004	2011/15	CULTURA / 2011															
02 004	2011/15 1	Intervenção na Estação Arqueológica do Castelo de Faria	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50			100.050	
02 004	2011/15 2	Recuperação da Casa Rosa Ramalho	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	3	8.918	50.000	200.000		258.918	
02 004	2011/15 3	Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50			400.050	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013									
														Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)			2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																							
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																							
02 004	2011/15	4	Museu do Rio	02 07010307	E				08	01/2011	12/2014	0	50					130.050					
02 004	2011/15	5	Equipamento Museu Oliaria	02 07011002	O				85	05	01/2011	12/2013	3	50.000				62.662					
02 004	2013/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2013																				
02 004	2013/16	1	Ecovia do Cávado 1ª fase - Barcelinhos a Mariz	02 07010406	E				85	08	01/2013	12/2013	0	520.000				520.000					
02 004	2013/16	2	Construção de parques infantis	02 07010406	E				08	01/2013	12/2013	0	25.000					25.000					
02 004	2013/16	3	Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E				08	01/2013	12/2013	0	50.000					50.000					
02 004	2013/16	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0	50					50					
02 004	2013/16	5	Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000					50.000					
Totais do Programa 004:														3.862.118	2.565.750	2.565.750	0	2.135.000	0	0	0	0	8.562.868
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																							
03 001 INDÚSTRIA E ENERGIA																							
ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2013																							
03 001	2013/17		Melhoria da iluminação pública	02 07010404	E				13	01/2013	12/2013	0	50.000					50.000					
03 001	2013/17	1	Eficiência energética na iluminação pública do cávado	02 07010404	E				85	13	01/2013	12/2013	0	840.000				840.000					
Totais do Programa 001:														0	890.000	890.000	0	0	0	0	0	0	890.000
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																							
REDE VIÁRIA / 2008																							
03 002	2008/18		Modernização da EM 505 entre EN 306(Barcelinhos) e 306-1(Carvalhas)	02 07010408	E				08	01/2008	12/2015	0	50					2.800.050					
03 002	2008/18	3	Requalificação CM 1114 - Vila Sêca	02 07010408	E				08	01/2008	12/2014	0	50					500.050					
03 002	2009/18		REDE VIÁRIA / 2009																				
03 002	2009/18	1	Ligação à variante da EN 103 em Rio Covo Santa Eugénia	02 07010408	E				08	01/2009	12/2015	0	50					2.500.050					
03 002	2009/18	3	Caminho vicinal que liga o Lugar de Castro ao Lugar da Volta - Sequeade	02 07010408	E				08	01/2009	12/2013	4	373.588					498.588					
03 002	2009/18	6	Alargamento e pav. Rua da Junqueira - Várzea	02 07010408	E				08	01/2009	12/2013	0	337.368					337.368					
03 002	2009/18	8	Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Fase 3: execução arruamento entre a Av.ª Nossa S.ªª Franqueira e Rua Casal de Nili - Vila F.S. Martinho	02 07010408	E				08	01/2009	12/2014	0	50					150.050					
03 002	2009/18	12	Construção de passeios EN 103 - Abade de Neiva	02 07010408	E				08	01/2009	12/2015	0	50					200.050					
Totais do Objetivo 02:														13.115.425	14.693.350	14.693.350	0	32.372.000	1.000.000	0	0	0	61.180.775

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		Anos seguintes					
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)		2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
03 002			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																		
03 002	2009/18 15		Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02 07010408	E				08	01/2009	12/2014	0	150.000	150.000	300.000			450.000			
03 002	2009/18 24		Alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02 07010408	E				08	01/2009	12/2014	0	50	50	250.000			250.050			
03 002	2009/18 26		Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manfrente	02 07010408	E				08	01/2009	12/2014	0	50	50	200.000			200.050			
03 002	2010/18		REDE VIÁRIA / 2010																		
03 002	2010/18 5		Recuperação da Ponte de Durrães	02 07010408	E				08	01/2010	12/2014	0	50	50	150.000			150.050			
03 002	2011/18		REDE VIÁRIA / 2011																		
03 002	2011/18 1		Reabilitação da EM entre Viatodos e Grimancelos 2.ª fase	02 07010408	E				08	01/2011	12/2014	0	50	50	200.000			200.050			
03 002	2011/18 2		Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E				08	01/2011	12/2013	4	297.483	237.000	237.000			534.483			
03 002	2012/18		REDE VIÁRIA / 2012																		
03 002	2012/18 1		Variantes à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E				08	01/2012	12/2015	0	50	50	1.500.000	2.000.000		3.500.050			
03 002	2012/18 5		Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E				08	01/2012	12/2013	3	30.170	303.000	303.000			333.170			
03 002	2012/19		TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012																		
03 002	2012/19 4		Construção de garagens autocarros Barcelinhos e Silveiros	02 07010401	E				15	01/2012	12/2013	0	50.000	50.000				50.000			
03 002	2013/18		REDE VIÁRIA / 2013																		
03 002	2013/18 1		Reconstrução do Pontão no CM 1140, em Macieira de Rates	02 07010408	E				08	01/2013	12/2013	0	236.000	236.000				236.000			
03 002	2013/18 2		Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E				08	01/2013	12/2013	0	1.500.000	1.500.000				1.500.000			
03 002	2013/18 3		Elaboração de projetos	02 07010408	O				08	01/2013	12/2013	0	75.000	75.000				75.000			
03 002	2013/18 4		Aquisição de terrenos	02 070101	O				07	01/2013	12/2013	0	25.000	25.000				25.000			
03 002	2013/19		TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2013																		
03 002	2013/19 1		Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000			
03 002	2013/19 2		Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O				05	01/2013	12/2013	0	50.000	50.000				50.000			
03 002	2013/19 3		Sinalização e sematização	02 07010409	O				15	01/2013	12/2013	0	100.000	100.000				100.000			
03 002	2013/19 4		Aquisição e construção de abrigos	02 07010409	E				15	01/2013	12/2013	0	68.000	68.000				68.000			
Totais do Programa 002:													701.241	3.306.868	3.306.868	0	6.650.000	4.100.000	0	0	14.758.109
03 003			AGRICULTURA																		
03 003	2013/20		AGRICULTURA / 2013																		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)													
						AC	AA	FC		Início	Fim			2013		Anos seguintes															
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)		2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)										
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS																												
03 003			AGRICULTURA																												
03 003	2013/20 1		Centro de interpretação ambiental	02 07010413 E	E	85	08	01/2013 12/2013	0				215.000	215.000	215.000	0	0	0	0	215.000											
														Totais do Programa 003:																	
														701.241	4.411.868	4.411.868	0	6.650.000	4.100.000	0	0	0	0	15.863.109							
04			OUTRAS FUNÇÕES																												
04 002			DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																												
04 002	2013/24		EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2013																												
04 002	2013/24 1		Obras partic. p/ salvaguarda interesse público	02 070115 E	E	01	01/2013 12/2013	0					200.000	200.000	200.000	0	0	0	0	200.000											
04 002	2013/24 2		Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02 070101 O	O	07	01/2013 12/2013	0					50	50	50	0	0	0	0	50											
04 002	2013/24 3		Exercício do direito de aquisição de edifícios	02 07010307 O	O	01	01/2013 12/2013	0					50	50	50	0	0	0	0	50											
														Totais do Programa 002:																	
														0	200.100	200.100	0	0	0	0	0	0	0	200.100							
														Totais do Objetivo 04:																	
														0	200.100	200.100	0	0	0	0	0	0	0	200.100							
														Total Geral:		13.816.666		20.205.918		20.205.918		0		39.336.000		5.100.000		0		78.458.564	

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO





MAPAS ANEXOS





2013 GRANDES
OPÇÕES DO
PLANO E
ORÇAMENTO

Encargos Anuais com Empréstimos Bancários



BARCELOS
MUNICÍPIO

EMPRÉSTIMOS

MUNICÍPIO DE BARCELOS

Ano 2013
Mapa Previsional

Caracterização do Empréstimo	Data de aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Vísio do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro			Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	Obs
					Nº Reg	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de mora					
TOTAL																				
Médio e Longo Prazo																				
C.G.D. - INVEST.	25.09.98	31.12.98	20	14	44.310	09.12.98	N	12.469.947,42 €	12.469.947,42 €	3,37	0,9840	780.000,00 €	30.000,00 €	810.000,00 €		4.855.002,31 €	4.075.002,31 €			
BST- INVEST.	13.07.01	18.07.01	20	11	2.465	26.07.01	N	9.975.957,94 €	9.975.957,94 €	4,6748	1,3195	540.000,00 €	40.000,00 €	580.000,00 €		4.583.289,08 €	4.043.289,08 €			
BCP - INVEST.	05.05.02	06.05.02	20	10	1.125	23.05.02	N	15.000.000,00 €	15.000.000,00 €	4,25	2,0950	895.000,00 €	115.000,00 €	1.010.000,00 €		8.711.459,64 €	7.816.459,64 €			
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	10	1.949	28.08.02	I	230.444,63 €	217.817,24 €	1,125	2,1700	21.000,00 €	900,00 €	21.900,00 €		41.596,30 €	20.596,30 €			
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	10	1.951	28.08.02	I	200.516,75 €	192.316,93 €	1,125	2,1700	19.000,00 €	800,00 €	19.800,00 €		36.870,01 €	17.870,01 €			
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	15	10	1.952	28.08.02	I	332.698,20 €	290.850,64 €	1,125	2,1700	21.500,00 €	2.600,00 €	24.100,00 €		106.734,81 €	85.234,81 €			
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	10	1.955	28.08.02	I	209.495,12 €	169.017,29 €	1,125	2,1700	16.500,00 €	700,00 €	17.200,00 €		32.622,96 €	16.122,96 €			
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	20	10	1.957	28.08.02	I	515.657,27 €	412.481,57 €	1,125	2,1700	22.000,00 €	5.000,00 €	27.000,00 €		218.121,23 €	196.121,23 €			
C.G.D. - INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	7	2.046	13.10.05	I	396.017,00 €	396.017,00 €	2,579	1,9000	40.000,00 €	2.000,00 €	42.000,00 €		177.809,05 €	137.809,05 €			
C.G.D. - INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	7	2.047	13.10.05	I	299.953,00 €	299.953,00 €	2,579	1,9000	30.000,00 €	2.000,00 €	32.000,00 €		134.973,45 €	104.973,45 €			
C.G.D. - INVEST.	28.12.05	03.03.06	20	6	3.093	20.03.06	N	2.267.626,00 €	2.267.626,00 €	2,782	1,0910	135.000,00 €	20.000,00 €	155.000,00 €		1.793.232,97 €	1.658.232,97 €			
C.G.D. - INVEST.	15.12.06	13.11.06	20	6	2.219	14.03.07	N	2.500.000,00 €	2.064.240,22 €	4,268	1,0410	115.000,00 €	10.000,00 €	125.000,00 €		1.658.512,61 €	1.543.512,61 €			
C.G.D. - INVEST.	28.09.12	12.10.12	12				N	3.000.000,00 €				35.000,00 €		35.000,00 €			*			
TOTAL								47.161.420,46 €	46.419.666,97 €			2.635.000,00 €	264.000,00 €	2.899.000,00 €		0,00 €	22.350.024,42 €	19.715.024,42 €		

* Não se prevê capital em dívida, porque este empréstimo constitui uma situação de recurso.

Em _____ de _____ de 2 _____

Órgão deliberativo
Em _____ de _____ de 2 _____



Transferências para as Freguesias

MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO

FREGUESIA	VALOR PROTOCOLO	FREGUESIA	VALOR PROTOCOLO
Abade de Neiva	66.636,00 €	Gueral	46.312,00 €
Aborim	48.150,00 €	Igreja Nova	46.312,00 €
Adães	46.312,00 €	Lama	48.196,00 €
Aguiar	46.312,00 €	Lijó	68.260,00 €
Airó	46.312,00 €	Macieira	69.920,00 €
Aldreu	46.312,00 €	Manhente	57.004,00 €
Alheira	52.908,00 €	Mariz	46.312,00 €
Alvelos	68.538,00 €	Martim	70.200,00 €
Alvito S. Martinho	46.312,00 €	Midões	46.312,00 €
Alvito S. Pedro	46.312,00 €	Milhazes	46.644,00 €
Arcozelo	184.696,00 €	Minhotães	46.312,00 €
Areias S. Vicente	47.308,00 €	Monte Fralães	46.312,00 €
Areias de Vilar	55.262,00 €	Moure	46.312,00 €
Balugães	46.312,00 €	Negreiros	60.990,00 €
Barcelinhos	58.052,00 €	Oliveira	49.242,00 €
Barcelos	91.716,00 €	Palme	53.506,00 €
Barqueiros	68.774,00 €	Panque	46.312,00 €
Bastuço S. João	46.312,00 €	Paradela	49.206,00 €
Bastuço Stº Estevão	46.312,00 €	Pedra Furada	46.312,00 €
Cambeses	48.376,00 €	Pereira	51.656,00 €
Campo	46.312,00 €	Perelhal	61.774,00 €
Carapeços	70.118,00 €	Pousa	74.850,00 €
Carreira	53.416,00 €	Quintiães	46.312,00 €
Carvalho	50.498,00 €	Remelhe	56.534,00 €
Carvalhas	46.312,00 €	Rio Côvo Stª Eugénia	48.196,00 €
Chavão	46.312,00 €	Rio Côvo Stª Eulália	47.964,00 €
Chorente	46.312,00 €	Roriz	69.132,00 €
Cossourado	48.572,00 €	Sequeade	46.312,00 €
Courel	46.312,00 €	Silva	46.312,00 €
Couto	46.312,00 €	Silveiros	49.014,00 €
Creixomil	46.312,00 €	Tamel Stª Leocádia	46.312,00 €
Cristelo	67.290,00 €	Tamel S. Pedro Fins	46.312,00 €
Durrães	46.312,00 €	Tamel S. Veríssimo	82.902,00 €
Encourados	46.312,00 €	Tregosa	46.312,00 €
Faria	46.312,00 €	Ucha	53.026,00 €
Feitos	46.312,00 €	Várzea	48.196,00 €
Fonte Coberta	46.312,00 €	Viatodos	64.558,00 €
Fornelos	46.312,00 €	Vila Boa	48.196,00 €
Fragoso	75.404,00 €	Vila Cova	70.780,00 €
Galegos Stª Maria	68.916,00 €	Vila Frescaíña S. Martin	61.420,00 €
Galegos S. Martinho	54.294,00 €	Vila Frescaíña S. Pedro	51.362,00 €
Gamil	46.312,00 €	Vila Sêca	53.510,00 €
Gilmonde	57.164,00 €	Vilar de Figos	46.312,00 €
Góios	46.312,00 €	Vilar do Monte	46.312,00 €
Grimancelos	46.312,00 €	TOTAL	4.847.430,00 €



Mapa de Pessoal



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho					
		Director Municipal	Director de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional		Encarregado operacional	Assistente operacional			
Medico Veterinário Municipal	Art. 4º Lei nº169/89, de 18 de Setembro; Saúde Pública Veterinária; Higiene e Segurança Alimentar.						1			1								
Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparar no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselham; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas; Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparar no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselham; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas; Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, no âmbito de atuação do serviço; designadamente, dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselham; acompanhamento das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requiera o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros. O constante no Regulamento Orgânico.				1												c)	
Agência Municipal de Investimento e Desenvolvimento Económico	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08. Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, atendimento aos turistas (Front-office) e apoio à fruição turística do concelho de Barcelos; Realização de visitas guiadas e por medida; Apoio ao Trade em fam trips, nomeadamente do mercado alemão, austriaco e holandês; Monitorização e promoção do produto turístico local no mercado alemão e do norte da Europa; Criação de um Serviço de Tradução, em língua alemã e inglesa, de apoio aos agentes locais e aos serviços de turismo; Criação e gestão de uma linha de apoio aos turistas e apoio aos peregrinos no âmbito dos programas definidos para 2011; Gestão do processo de Informação Turística (Back Office).			1													2	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho				
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional		Assistente operacional			
Gabinete de Modernização Administrativa e Atendimento ao Município	O constante no Regulamento Orgânico.					2	4	7	2	25		3				Área de formação académica e/ou profissional	
	<p>O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.</p> <p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; instalação, reparação e manutenção do parque informático e do software utilizado; monitorização dos espaços Internet; apoio informático às EB1's e JI's do concelho.</p> <p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; instalação, reparação e manutenção do parque informático e do software utilizado; monitorização dos espaços Internet; apoio informático às EB1's e JI's do concelho.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; gestão de conteúdos do site do município; gestão de redes sociais; apoio na organização de eventos desenvolvidos pelo GMAAM; monitorização de Espaços Internet.</p> <p>Conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; definir os padrões de qualidade e avaliar os impactos organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação garantindo a normalização e fiabilidade da informação; organizar e manter disponíveis os recursos informacionais normalizar os modelos de dados e estruturar os conteúdos e fluxos informacionais da organização e definir as normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; definir e desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificar as normas de salvaguarda e recuperação da informação; realizar os estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática; colaborar na divulgação de normas de utilização e promover a formação e apoio a utilizadores sobre os sistemas de informação instalados ou projetados</p> <p>Planear e desenvolver projetos de infraestrutura tecnológica englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos e segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção; configurar e instalar peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; configurar, gerir e administrar os recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os incidentes de exploração, e elaborar as normas e a documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação.</p>	1													licenciatura adequada		
Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades							6									a)
								3									a)
																	a)
																	a)
																	a)
																	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho						
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional		Assistente operacional					
Gabinete de Modernização Administrativa e Atendimento ao Município (cont.)	<p>assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança,confidencialidade e integridade da informação armazenada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;realizar estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos,sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base;apoiar os utilizadores na operação dos equipamentos terminais de processamento e de comunicação de dados, dos microcomputadores e dos respetivos suportes lógicos de base e definir procedimentos de uso geral necessários a uma correta utilização de todos os sistemas instalados. Incumbe ainda ao pessoal integrado na carreira de especialista de informática o desenvolvimento das seguintes tarefas,nas respetivas áreas de especialidade:colaborar na definição das políticas,no desenvolvimento e na contratação dos sistemas e tecnologias de informação,na modernização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de atividades de consultadoria e auditoria especializada;estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional</p> <p>responsável pela segurança física e lógica dos SI e respetiva manutenção, verificação e implementação de normas e políticas de segurança para os SI (hardware e software), incluindo guias e procedimentos para proteção dos sistemas. Definição e implementação de soluções tecnológicas de suporte às políticas de segurança dos SI (hardware e software), definição e implementação de plano de contingência para os SI para responder a incidentes que ponham em causa a segurança dos SI e sua informação; monitorização permanente da segurança dos SI. Definição de procedimentos e controlo dos acessos físicos e lógicos aos sistemas informáticos, aos servidores e redes de comunicação; responsável pela certificação dos SI na área de segurança e qualidade.</p> <p>Proceder à abertura e encerramento dos postos de turismo, prestar informações solicitadas pelos utentes; zelar pelo equipamento e material de turismo existente; entregar documentos, mensagens e objetos inerentes ao serviço; estampilhar ou entregar correspondência; operar complementarmente com máquinas auxiliares de secretaria e participar superiormente as ocorrências verificadas no serviço.</p>					6									licenciatura na área de informática/ engenharia informática	a)			
																	escolaridade obrigatória	a)	
Gabinete de Apoio Técnico	O constante no Regulamento Orgânico.									3				7				2	
Grupo de Trabalho do Plano Diretor Municipal	Reavaliação do trabalho efetuado, nomeadamente: estudos de caracterização; proposta de revisão da RAN; proposta de redefinição da REN e proposta de redefinição dos perímetros urbanos; Elaboração do Regulamento; Elaboração do relatório do PDM; Elaboração do relatório Ambiental.									5				1					
	Representação, do município, nos mais diversos negócios, desde que devidamente mandatado, preparando documentação com vista a garantir a segurança desses negócios; Funções de aconselhamento sobre o modo de proceder corretamente perante a lei, designadamente no que se refere à constituição de sociedades, contratos, etc.; Aconselhamento sobre obrigações fiscais e respetivo cumprimento, bem como assistência em questões de propriedade horizontal, administração de bens imóveis e inquilinato.																		



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
Gabinete de Apoio Técnico (cont.)	<p>O profissional desta área deverá ser ainda capaz de: promover a prática de atos jurídicos junto das Conservatórias e Cartórios Notariais; apoiar e aconselhar cidadãos e empresas em processos de decisão com incidência jurídica; apoiar e participar na implementação de procedimentos e tomada de decisões com incidência jurídica, no âmbito dos serviços da Administração Pública, quer estadual quer autárquica; elaborar ou participar na elaboração de contratos e atos conexos; utilizar tecnologias de informação e comunicação, que assumem uma crescente relevância nesta área; promover a resolução de litígios, privilegiando a utilização de meios não judiciais; articular com advogados e outros profissionais a resolução de assuntos, em especial numa perspetiva preventiva.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Elaboração de informações e Pareceres Jurídicos em todas as áreas de atuação do Município. Elaboração de informações jurídicas no âmbito dos procedimentos administrativos das diversas unidades orgânicas que integram a moldura organizacional do Município. Elaboração e interpretação de Protocolos e diversos tipos de contratos a celebrar entre o Município e diversas instituições. Análise, instrução e elaboração de informações relativos a pedidos de indemnização, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.</p> <p>Elaboração de projetos de regulamentos municipais. Instrução de processos disciplinares. Prestação de esclarecimentos suscitados pelos colegas dos diversos serviços que integram a estrutura orgânica do Município. Recolha e tratamento de diplomas legais e regulamentares. Suporte jurídico transversal a todas as unidades orgânicas do Município. Acompanhamento de processos e solicitações de entidades externas. Acompanhamento de processos em Tribunal.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Avaliação e triagem da documentação, fazendo a eliminação, respeitando os prazos definidos por lei. Zelar pela conservação e preservação da documentação, de forma a criar condições de acondicionamento ambientais e espaciais.</p> <p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegura o contacto entre os serviços; efetua a receção e entrega de expediente e encomendas; anuncia mensagens; transmite recados; presta informações verbais ou telefónicas; estampa e correspondência.</p> <p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, desenvolvimento e execução de projetos com diversos graus de complexidade a área de produção de conteúdos e espaços noticiosos; execução de iniciativas no domínio da comunicação institucional; participar na definição das ações de comunicação internas e externas; implementar campanhas/iniciativas de comunicação.</p> <p>O constante no Regulamento Orgânico.</p>	1	2										a) licenciatura na área de solicitação
Fiscalização Municipal/ Polícia Municipal	<p>O constante no Regulamento Orgânico.</p> <p>O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.</p>												a) licenciatura na área de ciências da informação e da documentação
													b) 12.º ano
													a) licenciatura na área de comunicação
													c) licenciatura adequada



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho							
		Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal	Chefe de Divisão *		Diretor de Departamento *						
Gabinete de Desporto e Juventude	O constante no Regulamento Orgânico.	1			2			3												
	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.							1											c)	
Gabinete de Desporto e Juventude	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atividades no domínio da Juventude; Estabelecimento e execução de programas especiais para a juventude, no âmbito da casa da juventude; Colaborar em todas as atividades da Casa da Juventude; Elaborar relatórios dos projetos e atividades promovidas pela Casa da Juventude.							1											a)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.							2											a)	
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.																			a)
	O constante no Regulamento Orgânico.																			
Divisão de Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Museus	O constante no Regulamento Orgânico.																			
	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.																			c)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho					
		Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal	Chefe de Divisão *		Diretor de Departamento *	Diretor Municipal			
<p>Divisão de Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Museus (cont.)</p>	<p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, exercício de funções de apoio a alunos, docentes e encarregados de educação entre e durante as atividades leivas, assegurando uma estreita colaboração no processo educativo, nomeadamente, o desempenho das seguintes funções: Participar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e cívico de crianças e jovens e favoreçam um crescimento saudável; Exercer tarefas de apoio à atividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo; Exercer tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças e jovens, nomeadamente no âmbito da animação sócio-educativa e de apoio à família; Cooperar com os serviços especializados de apoio sócio-educativo; Prestar apoio específico a crianças e jovens portadores de deficiência; Colaborar no dispênde de situações de risco social, internas e externas, que ponham em causa o bem-estar de crianças e jovens e da escola.</p> <p>Assegurar as condições de higiene, segurança e organização do local onde as crianças se encontram, assim como dos brinquedos e outros materiais utilizados; Acompanhar e dar as refeições ou auxiliar as crianças durante o período da refeição (no horário de trabalho); Prestar cuidados de higiene pessoal às crianças e auxiliá-las nestas tarefas; Apoiar a Educadora de infância no desenvolvimento das atividades lúdico-pedagógicas em sala ou no espaço de recreio/logradouro das atividades; Proceder à receção e entrega das crianças (no período normal estabelecido na Lei); Vigiar as crianças nas salas de atividades (na ausência da Educadora), nos espaços de recreio, de repouso e de refeição, garantindo e promovendo a sua segurança, bem estar e higiene; Colaborar com a Educadora de infância no desenvolvimento e acompanhamento das atividades a desenvolver com as crianças, quer a nível externo, bem como nas deslocações e transporte para fora do jardim (passeios, excursões, visitas de estudo); Vigiar a turma na ausência da Educadora de infância; Cuidar de crianças com necessidades educativas específicas, colaborando na execução das atividades, no desenvolvimento e no acompanhamento das atividades quotidianas e de tempos livres; Transmitir aos encarregados de educação e/ou Educadora de infância eventuais problemas de saúde ou outros assuntos relativos às rotinas diárias das crianças (recollidas ou dadas pela Educadora e/ou pais); Acompanhar e apoiar as crianças no desenvolvimento de atividades pedagógicas e lúdicas fora das atividades normais; Atendimento e encaminhamento dos utilizadores do Jardim de Infância, bem como controlar entradas e saídas de pessoas e/ou agentes educativos; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança à unidade de saúde; Estabelecer contactos telefónicos, prestar informações e transmitir recados, apenas aos interessados no processo educativo; Reproduzir documentos (fotocópias) desde que autorizada; Assegurar o controlo de gestão dos materiais necessários ao funcionamento do Jardim de Infância (material didático, material de desgaste ou consumíveis, de limpeza, equipamentos e instrumentos);</p> <p>Ser o elo da comunidade educativa (educadores, aluno, encarregados de educação, funcionários, visitantes); Lutar pela manutenção do espírito de ajuda/colaboração entre todos os agentes educativos (Educadora, pais alunos, comunidade, autarquia); Fazer prevalecer as relações interpessoais e humanas entre o meio e a Escola/Jardim de Infância.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, efetuar o acolhimento das crianças no jardim-de-infância; ajudar na higiene das crianças, nas refeições e assegurar a vigilância das crianças no recreio; apoiar e participar no planeamento das atividades curriculares com a educadora; efetuar a limpeza e arrumação das instalações, salas, corredores e casas de banho; assegurar o prolongamento; apoio aos professores nas matérias extra curriculares.</p>				2										12	19	a)	b)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho									
		Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal	Chefe de Divisão *		Director de Departamento *	Director Municipal							
Gabinete de Cultura, Museus e Arquivo (cont.)	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da Divisão.							7													a)	
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, vigilância e apoio à sala de leitura de adultos e crianças; acondicionamento de livros e publicações; apoio ao auditório e exposições; atendimento ao público e pesquisa de informação; elaboração de dossiers temáticos; orientação e consulta bibliográficas.				1																	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, atividades pedagógicas no âmbito dos objetivos pedagógicos do Museu.				1																	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, leitura e animação da hora do conto, no âmbito da rede itinerante das bibliotecas escolares do concelho; dinamização e animação das bibliotecas escolares.				1																	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, desenvolver tarefas de animação no âmbito das artes cénicas.				1																	a)
	O constante no Regulamento Orgânico.																					
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.																					
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.				1																	c)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG)	O constante no Regulamento Orgânico.																					
	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.																					
	Elaboração de pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como elaboração de normas e regulamentos internos; Conceção e implementação de metodologias e instrumentos de gestão aplicáveis aos diferentes vetores da atividade autárquica.				1																	c)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, realização e tratamento estatístico no âmbito do Departamento de Administração Geral (DAG); Controle de gestão; Elaboração de informações acerca das várias matérias do DAG.								2													b)
								4													a)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho					
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional		Assistente operacional				
Divisão Administração e Licenciamentos	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Proceder à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e levantamento dos restos mortais. Manutenção do cemitério.												3				a)	
	O constante no Regulamento Orgânico.													37				
Divisão Administração e Licenciamentos	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.																c)	
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Registo e tramitação de correspondência. Digitalização e anexação de documentos. Arquivo da correspondência nas pastas. Elaboração do mapa do correio.		1														1	a)
Divisão de Recursos Humanos	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, Registo e tramitação de correspondência. Digitalização e anexação de documentos. Arquivo da correspondência nas pastas. Elaboração do mapa do correio.																	a)
	O constante no Regulamento Orgânico.																	a)
Divisão de Contratação Pública	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Limpeza das instalações dos serviços municipais.																	a)
	O constante no Regulamento Orgânico.																	a)
Divisão de Contratação Pública	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.																	c)
	O constante no Regulamento Orgânico.																	c)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho											
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional		Assistente operacional										
DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DF)	O constante no Regulamento Orgânico.					4						1	2											
Divisão de Finanças	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08. O constante no Regulamento Orgânico.	1																					c)	
						9							6											c)
Divisão de Gestão Patrimonial	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08. Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, na área de atuação da divisão, nomeadamente, inventariações, conciliações contabilísticas; contabilidade analítica. O constante no Regulamento Orgânico.		1			3																	a)	
																								a)
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO URBANA	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08. O constante no Regulamento Orgânico.		1																					c)
																								c)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO (DACT)	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08. Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica. O constante no Regulamento Orgânico.																							a)
																								a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho			
		Área de formação académica e/ou profissional	Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal		Chefe de Divisão *	Director de Departamento *	Director Municipal
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos	<p>O constante no Regulamento Orgânico.</p> <p>O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Cuida da manutenção das viaturas que lhe forem distribuídas (verifica: níveis, estado dos pneus, limpeza, etc.) de forma a assegurar o bom funcionamento destas. Recebe e entrega expediente ou encomendas. Deteta anomalias e participa-as superiormente de forma a serem corrigidas.</p> <p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, Introdução de dados relacionados com as viaturas tais como: abastecimentos, manutenções, reparações, intervenções nas freguesias, etc., no programa de gestão da frota. Fotocopiar, digitalizar e arquivar diverso expediente. Colocação de documentos nas viaturas. Controlo da assiduidade bem como todo tipo de expediente relacionado com os trabalhadores afetos a D.G.F.E. Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Processa fundo de manio D.G.F.E. e procede ao seu envio. Cuida e zela pelo material / equipamento que lhe está adstrito, bem como a limpeza do seu gabinete.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Repara e conserva viaturas automóveis para passageiros ou mercadorias;</p> <p>examina os veículos para localizar as deficiências e determina as respetivas causas; faz os trabalhos de desmontagem de certos órgãos, tais como motor, caixa de velocidades, diferencial, sistema de direção ou travões; substitui ou repara as peças ou órgãos danificados; roda as válvulas, guamece os travões, encasquilha o mecanismo de direção e realiza outras reparações; efetua os necessários trabalhos de montagem; muda o óleo do motor e dos sistemas de transmissão; lubrifica as juntas; aperta as peças mal fixadas; procede às afinações e realiza outros trabalhos para manter os veículos em bom estado; por vezes solda a estanho com maçarico oxi-acetilénico ou com arco elétrico; procede ao preenchimento de uma ficha individual de cada reparação que executa; inventaria o material necessário e providencia a sua requisição.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Reparação dos diversos circuitos(hidráulicos, eléctricos,pneumáticos); reparação das diversas avarias mecânicas nas diferentes viaturas do município; efectua a manutenção das viaturas com a mudança de óleos, filtros e diversos outros materiais necessários; manter a operacionalidade dos meios do parque de viaturas; colabora nas tarefas de organização e manutenção das instalações do parque de viaturas.</p>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		68	1			1										
		licenciatura adequada														
		escolaridade obrigatória														
		12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado														
		escolaridade obrigatória														
		escolaridade obrigatória														



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho		
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional		Assistente operacional	
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos (cont.)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras ou gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo. Zela pela conservação e limpeza das viaturas. Preenche os mapas de horas/quilómetros. Conduz todo o tipo de viaturas. Verifica os níveis dos diferentes órgãos das viaturas que conduz ou Manobra. Lubrifica com os produtos indicados os diversos pontos de atrito; Conduz veículos de elevada tonelagem; procede ao transporte de diversos materiais destinados ao abastecimento das obras em execução; aciona os mecanismos necessários para a descarga de materiais; assegura a manutenção do veículo; abastece a viatura de combustível; executa pequenas reparações; preenche e entrega diariamente o boletim diário da viatura; colabora, quando necessário, nas operações de carga e descarga; conduz, eventualmente, viaturas ligeiras.												5	a)	
												2			
Divisão de Parques e Jardins	Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar, com grau de complexidade 1, designadamente, Supervisiona a presença dos funcionários da unidade orgânica, nomeadamente dos assistentes operacionais. Supervisiona o trabalho de recolha de resíduos, resolvendo situações de imediato, associadas à recolha. Supervisiona a logística necessária à distribuição e recolha dos equipamentos de deposição de resíduos de carácter permanente ou temporário. Supervisiona a logística necessária à recolha dos "Monstros domésticos", solicitada por particulares ou abandonados em espaço público. Supervisiona a logística necessária à lavagem que equipamentos e/ou do espaço público.											6			
														106	c)
	O constante no Regulamento Orgânico.														
	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.		1												
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Estudo e planeamento do território e da paisagem, ordenando os diversos elementos de modo a garantir a permanência do equilíbrio ecológico e visual, e tendo em consideração aspectos biológicos, estéticos, arquitetónicos, históricos, sociais, de qualidade de vida e de sustentabilidade económica; Projeção de espaços e estruturas verdes, estudo do equipamento mobiliário e obras de arte a implantar e realização de estudos de integração paisagística; Articulação das suas atividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura, reabilitação social e urbana e engenharia.										1				a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Promoção e elaboração de estudos e projetos e acompanhamento da sua execução no domínio das infraestruturas, construções rurais e obras de defesa e conservação do solo, de acordo com as necessidades e prioridades da região agrícola; assegura o cumprimento das normas referentes à defesa da reserva agrícola; colaboração com os serviços centrais competentes no estudo, definição e divulgação dos modelos e normas técnicas mais adequadas à mecanização agrícola, em matéria de regadio; assegura as ações decorrentes das medidas definidas no âmbito da estruturação fundiária, do arrendamento rural, dos níveis de aproveitamento dos solos e de outras modalidades de exploração.												1		a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Novos postos de trabalho				
		Área de formação académica e/ou profissional	Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal		Chefe de Divisão *	Director de Departamento *	Director Municipal	
Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	<p>Divisão de Parques e Jardins (cont.)</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Construção e manutenção de espaços verdes. Instalação e reparação de sistemas de irrigação. Operações de mobilização do solo. Tratamentos fitossanitários. Operações de poda, sementeira, plantação, propagação vegetal e fertilização. Manutenção e conservação de relvados. Vigilância do parque da cidade. Limpeza de jardins e sanitários públicos. Remoção de espécies herbáceas, arbustivas, e arbóreas. Manuseamento de todo o equipamento, maquinaria e veículos utilizados na manutenção e construção de espaços verdes.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Despejo dos contentores de recolha. Recolhe os resíduos junto aos contentores. Varre e recolhe os detritos dos espaços pedonais e arruados. Descarrega papelarias. Limpa sarjetas e estripa ervas. Lava pavimentos e/ou equipamentos públicos. Captura de animais que deambulam no espaço público.</p>	a)	20														a)
		b)															
Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	<p>Divisão de Serviços Urbanos</p> <p>O constante no Regulamento Orgânico.</p> <p>O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.</p> <p>Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional, coordenação geral de todas as tarefas, com grau de complexidade 1, designadamente, a distribuição diária das tarefas ao pessoal da Divisão; programar o trabalho de acordo com as orientações superiores; acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, elabora relatórios de atividade operacional, participa ativamente na formação e aperfeiçoamento profissional, inventariação sistemática dos locais a intervir.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, (carpinteiro de limpos) executa trabalhos em eucalipto, pinheiro, castanho, tola e cámbala, através dos moldes que lhe são apresentados; analisa o desenho que lhe é fornecido ou procede ele próprio ao esboço do mesmo, riscar a madeira de acordo com as medidas; serra e topai as peças, desengrossando-as, lixa e cola material, ajustando as peças numa prensa, assenta, monta e acaba os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, divisórias em madeira, armações de talhados e lambris; procede a transformações das peças, a partir de uma estrutura velha para uma nova, e repara-as.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, (canalizador) executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais, destinados ao transporte de água ou esgotos; corta e rosca tubos e solda tubos de chumbo, plástico, ferro, fibrocimento e materiais afins; executa redes de distribuição de água e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa redes de recolha de esgotos pluviais ou domésticos e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos.</p>	c)	56	2		4			6				1				
		a)		2													
		b)	2														
		b)															
		b)															
		b)	1														



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias															
		Novos postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Assistente operacional	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	Técnico de Informática	Especialista de Informática	Técnico superior	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Comandante Operacional Municipal	Chefe de Divisão *	Director de Departamento *	Director Municipal	
Divisão de Serviços Urbanos (cont.)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, (pedreiro) aparelha pedra em grosso, executa alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; procede ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executa muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos.	b)	2														
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, (serralheiro) constrói e aplica na oficina estruturas metálicas ligeiras para edifícios, pontes, caldeiras, caixilharias ou outras obras; interpreta desenhos e outras especificações técnicas; corta chapas de aço, perfilados de alumínio e tubos, por meio de tesouras mecânicas, maçanicos ou por outros processos; utiliza diferentes matérias para as obras a realizar, tais como macacos hidráulicos, marretas, martelos, cunhas, material de corte, de soldar e de aquecimento; enforma chapas e perfilados de pequenas secções; fura e escaria os furos para os parafusos e rebites; por vezes, encurva ou trabalha de outra maneira chapas e perfilados, executa a ligação de elementos metálicos por meio de parafusos, rebites ou outros processos.	b)	2														
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA (DPGU)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, (trollha) levanta e reveste muros de alvenaria, assenta manilhas, azulejos e ladrilhos e aplica camadas de argamassa de gesso em superfícies de edificações, para o que utiliza ferramentas manuais adequadas; executa as tarefas fundamentais de pedreiro, em geral do assentador de manilhas de grés e cimento, e do ladrilhador, monta bancas, sanitários, coberturas a telha e executa operações de calção a pincel ou com outros dispositivos.	b)	3														
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Aparelha pedra em grosso. Executa alvenarias e muros. Assentar manilhas, tubos e cantarias. Preencher e entregar a folha de serviço por centro de custos.	a)	1														
	Executar planos, alçados, cortes, perspetivas, mapas, contas, gráficos e outros traçados, segundo esboços e especificações complementares; examinar esboços, esquemas e especificações técnicas, elaborados por engenheiros, arquitetos ou outros técnicos; calcular dimensões, superfícies, volumes e outros fatores, a fim de completar os elementos recebidos; relacionar as dimensões dos diferentes elementos da obra a efetuar; utilizar o equipamento informático e o software adequado ao tipo de trabalho a realizar; colaboração em grupos de trabalho que executem projetos ou obras, onde os seus conhecimentos e aptidões se revelem de interesse.	a)								3							
	O constante no Regulamento Orgânico.															14	
	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.	c)															1



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias										Novos postos de trabalho						
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermediário 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional		Encarregado operacional	Assistente operacional				
Divisão de Obras e Projetos Municipais	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.																a)	
	O constante no Regulamento Orgânico.																	
Divisão de Obras e Projetos Municipais	O aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10 e Lei n.º 49/2012, de 29/08.		1														c)	
	Elaboração de informação e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidade de construção; concepção e realização de projetos de obras, tais como edifícios, preparando, organizando e superintendendo a sua construção manutenção e reparação; concepção de projetos de estrutura e fundações, escavação e contenção periférica, redes interiores de água e esgotos, rede de incêndio e rede de gás; concepção e análise de projetos de arruamentos, drenagem de águas pluviais e de águas domésticas e abastecimento de águas relativos a operações de loteamentos urbanos; estudo, se necessário, do terreno e o local mais adequado para a construção da obra; execução dos cálculos, assegurando a residência e a estabilidade da obra considerada, e tendo em atenção fatores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de água, resistência aos ventos, a sísmos e mudanças de temperatura; preparação do programa e coordenação das operações à medida que os trabalhos prosseguem; preparação, organização e superintendência dos trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes																	a)
Divisão de Obras e Projetos Municipais	fiscalização e direção técnica de obras; realização de vistorias técnicas; colaboração e participação em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos para obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; concepção e realização de planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos																	a)
	Efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, cartas e mapas com vista à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins; executar levantamentos topográficos apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de delimitada zona da superfície terrestre cujas coordenadas e cotas obtem por triangulação, trilateração, poligonagem, intersecções directas, nivelamento, processos gráficos e outros; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taqueómetros, teodolitos, níveis, estádias, distanciómetros, etc.; proceder a cálculos com base nos elementos colhidos no campo; proceder à implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções, traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas																	a)
Divisão de Obras e Projetos Municipais	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nas Obras Municipais, estudos e projetos de arquitetura e suas especialidades; Acompanhamento Técnico e Fiscalização das Obras Municipais.																	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, realização de funções relacionadas com controlo dos prazos de alvarás e respetivas caducidades, aneação de antecedentes em processos de licenciamento e respetiva tramitação; exercício de funções de atendimento e informação aos municípios (presencialmente, telefonicamente ou via Internet); assegurar a verificação da boa instrução dos processos; emissão de alvarás de licença/títulos de admissão de comunicação prévia relativos a construção de edifícios, entre outros.																	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias												Novos postos de trabalho	
		Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente Intermédio 3º Grau *	Técnico superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional		
Divisão de Planeamento Urbanístico, Mobilidade e Ambiente (cont.)	<p>Funções de estudo e de natureza consultiva, competindo-lhe, designadamente: Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático; Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação de estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar; Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente à problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade; Participar e colaborar em todas as atividades ligadas à rede escolar do município e inerentes à Divisão e/ou serviço.</p> <p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, apoio administrativo, serviço de reprografia.</p>					2									
														2	

- a) n.º postos de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado
- b) n.º postos de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego por tempo determinado
- c) n.º postos a ocupar em comissão de serviço

* (Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada e republicada pela Lei 51/2005, de 30/08, e pela Lei 64-A/2008, de 31/12)

